



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

**APLICATIVOS COMO MEIO DE INCLUSÃO DOS SURDOS NO
TURISMO**

JESSICA ROCHA PIRES DA SILVA

ORIENTADOR: PROF.^a DR.^a IARA LUCIA GOMES BRASILEIRO

**BRASÍLIA - DF
2018**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

**APLICATIVOS COMO MEIO DE INCLUSÃO DOS SURDOS NO
TURISMO**

JESSICA ROCHA PIRES DA SILVA

ORIENTADOR: PROF.^a DR.^a IARA LUCIA GOMES BRASILEIRO

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em turismo.

**BRASÍLIA - DF
2018**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em turismo.

**APLICATIVOS COMO MEIO DE INCLUSÃO DOS SURDOS NO
TURISMO**

JESSICA ROCHA PIRES DA SILVA

Aprovado por:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a IARA LUCIA GOMES BRASILEIRO (CET/UnB)

Banca Examinadora: Prof.^a Dr.^a DONÁRIA COELHO DUARTE
(CET/UnB)

Banca Examinadora: Prof. Me. JOÃO PAULO VITÓRIO MIRANDA
(IL/UnB)

Suplente: Prof.^a Ma. LIVIA CRISTINA BARROS DA SILVA WIESINIESKI
(CET/UnB)

Brasília, 25 de junho de 2018

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me dado suporte durante o desenvolvimento desse trabalho, além de Ele ter colocado pessoas maravilhosas durante o meu curso, como a minha orientadora, professora Dra. Iara Brasileiro que teve paciência, criatividade e com certeza muito carinho e empolgação pelo tema e por mim, já que tem me acompanhado desde o estágio supervisionado em 2015.

Tenho profunda gratidão a minha família que sempre me deu suporte para todos os meus feitos, trabalhos voluntários e projetos em que me envolvi antes e durante o curso. Em destaque, gostaria de agradecer a minha avó que com amor e muitas verdades, tem me dado apoio e me ensinado coisas que só o tempo ensinam.

Agradeço aos meus amigos surdos e intérpretes que me inspiraram a abordar o tema deste trabalho e estão sempre me acolhendo em sua cultura. Gostaria de agradecer a meus amigos da “Turma N”, por me proporcionarem muitas experiências universitárias únicas e um verdadeiro aprendizado de Turismo, assim como aos professores do Centro de Excelência em Turismo – CET e de outros Departamentos que me ajudaram a refletir, discutir e crescer como ser humano.

RESUMO

Os surdos e deficientes auditivos são negligenciados pelo Turismo nacional. Em um meio onde a acessibilidade é incompleta, e há preconceito contra a pessoa com deficiência, dificilmente seria possível ver o surdo como um turista independente. Apesar de, o foco das políticas públicas e principais legislações brasileiras estarem voltadas às pessoas com deficiência que são mais visíveis para a sociedade, os surdos têm tido muitas conquistas ao longo dos anos. Aos poucos, com o suporte da tecnologia, tem sido inclusos em atividades voltadas ao lazer, e a principal delas, como gerador de renda ao país, vem a ser o Turismo. Através de aplicativos em dispositivos móveis, os surdos se tornam mais autônomos em realizar processos do cotidiano e até de viagens. Este trabalho proporciona uma reflexão sobre a relevância do uso de aplicativos para aparelhos móveis com vistas a promover a inclusão do surdo no Turismo.

Palavra-chave: Surdo. Turismo. Acessibilidade. Aplicativos. Inclusão. Autonomia.

ABSTRACT

The deaf and hearing impaired are neglected by our National Tourism. In a scenario where complete accessibility is non-existent and where prejudice against the handicapped is prevalent, it is hard to imagine a deaf person as being a completely independent tourist. In spite of the focus shown by public policies and Brazilian laws toward those with more visible handicaps, the deaf have made great strides over the years. Gradually, with the support of technology, they have found themselves included in activities within the leisure industry, with the standout, in as far as a source of revenue is concerned, being Tourism. Through the use of mobile apps, the deaf have become more autonomous with regard to the day-to-day activities, including travel. This study proposes a reflection over the use of mobile apps as a means of promoting inclusion of the deaf community in Tourism.

Key Words: Deaf. Tourism. Accessibility. Apps. Inclusion. Autonomy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – SURDEZ	17
1.1. Conceito de Surdez.....	17
1.2. História dos Surdos no Mundo.....	19
1.3. História dos Surdos no Brasil.....	26
1.4. Definição de Cultura Surda	29
CAPÍTULO 2 – ACESSIBILIDADE	32
2.1. Acessibilidade	32
2.2. Legislação e Normas de Acessibilidade.....	34
2.3. Aplicativos como meio de Inclusão	38
2.4.1. Entrevista Semiestruturada	44
2.4.2. Questionários <i>online</i> aplicados aos surdos	45
CAPÍTULO 3 – TURISMO, INCLUSÃO E AUTONOMIA	49
3.1. Relação de Inclusão e Autonomia.....	49
3.2. A Relevância da Inclusão no Turismo	51
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	63
APÊNDICE B QUESTIONÁRIO.....	64

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AEE - Atendimento Educacional Especializado

Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações

CAS - Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez

CAT - Centro de Atendimento ao Turista

IBGE - Instituto Brasileiro de Pesquisa e extensão

IFB – Instituto Federal de Brasília

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

Libras - Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

MTur - Ministério do Turismo

OMS – Organização Mundial da Saúde

OMT - Organização Mundial do turismo

WTTC - Conselho Mundial de Viagens e Turismo

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ra ROCHA PIRES DA SILVA, JESSICA
APLICATIVOS COMO MEIO DE INCLUSÃO DOS SURDOS NO TURISMO
/ JESSICA ROCHA PIRES DA SILVA; orientador IARA LUCIA
GOMES BRASILEIRO. -- Brasília, 2018.
64 p.

Monografia (Graduação - Bacharelado em Turismo) --
Universidade de Brasília, 2018.

1. Surdos. 2. Acessibilidade. 3. Turismo. 4. Inclusão .
5. Aplicativos . I. LUCIA GOMES BRASILEIRO, IARA , orient.
II. Título.

INTRODUÇÃO

O Turismo vem se difundindo como prática no meio dos brasileiros, não apenas com o crescimento da atividade econômica na geração de renda que esse fenômeno gera, mas no reconhecimento do lazer e da troca de experiências entre diferentes culturas. Esse desenvolvimento leva a uma gama de diferentes perfis de turistas que, por sua vez, demonstram interesse em diversos segmentos do turismo.

A definição do Turismo compõe um tema controverso, principalmente pela diversidade de propostas que buscam esclarecer esse fenômeno complexo. Entende-se como uma atividade socioeconômica de caráter multidisciplinar, que favorece a ausência de definições conceituais claras para delimitar a atividade e distinguir seus setores (OMT, 2001).

Mesmo com a existência dessa complexidade ao redor do Turismo, sua definição, ou, ao menos, conceituação, é necessária. Portanto:

O turismo é um fenômeno que abrange o mundo inteiro, pois a partir do processo de globalização das economias e da cultura, assim como da melhora nos meios de comunicação e transporte, são poucos os lugares que não recebem a visita de turistas. Do mesmo modo, abrange todas as camadas e grupos sociais, não porque todos possam, algum dia, ser turistas neste mundo desigual, mas porque tal fenômeno atinge, de alguma maneira, também aqueles que não o praticam. Trata-se de algo que chamaremos, provisoriamente de “efeito cascata”, que consiste na dispersão das consequências socioeconômicas, culturais e ambientais em diferentes níveis. (BARRETTO, 2005, p. 1)

Uma contribuição de Krippendorf (2000) para o Turismo, é de lembrar a importância dos ganhos da população local, ou seja, os moradores dos destinos que recebem o turista, com o retorno em forma de “lucros e empregos”. Além disso, cita que essas comunidades necessitam desejar que essa atividade econômica seja de natureza duradoura, de forma que não prejudique a qualidade de sua vida. “As implicações de um projeto (custos e benefícios econômicos, compatibilidades sociais e ecológicas) devem ser bem esclarecidas antes da sua execução” (KRIPPENDORF, 2000, p. 148).

De acordo com um estudo da WTTC¹, em parceria com a Universidade de Oxford, publicado no *site* do MTur, o turismo foi responsável pela injeção de US\$ 163 bilhões no Brasil em 2017, o equivalente a 7,9% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro no ano. O aumento foi realmente considerável: alcançou 7% a mais que o obtido em 2016. O estudo revela, ainda, que há estimativa de crescimento de até 2,5% em 2018 podendo chegar a 8,2% no ano de 2028.

Com o passar dos anos, mais grupos da sociedade têm alcançado autonomia para viver a experiência do turismo, ou seja, mais pessoas estão viajando. Contudo, por mais que o acesso com relação ao poder aquisitivo tenha sido ampliado, está longe de ser obtido por muitas minorias. O preço pode estar ao alcance para qualquer cartão de crédito, mas a estrutura dos destinos está, de fato, preparada para receber a todos? Não se trata, aqui, da capacidade de carga, mas do fato de os destinos estarem preparados para receber o turista de forma em que o visitante seja incluído em sua realidade de forma autônoma e independente, promovendo a inclusão social.

O presente trabalho refere-se ao estudo da acessibilidade no turismo, em especial para pessoas com deficiência auditiva ou surdas. O primeiro contato da autora, com a comunidade surda, se deu por conta de um intérprete de Libras que chamou sua atenção durante um culto religioso. Ao perceber meu interesse, o intérprete me chamou para conhecer um pouco mais sobre a Libras e com o tempo surgiram as amizades com surdos e outras pessoas que trabalham nessa área, não apenas na instituição religiosa em que tudo começou, mas também em outros locais.

Após entrar na Universidade, como uma futura bacharel em Turismo, sentia-me incomodada com algumas questões que envolviam os surdos com quem convivia e o Turismo que aprendia nas aulas de graduação. Então, em 2015, houve uma oportunidade para tentar compreender questionamentos do tipo: os surdos do Distrito Federal viajavam? Que segmento turístico preferiam? Tinham dificuldade em se comunicar ao viajar? A procura por essas respostas resultou em projetos dos dois Estágios Supervisionados do Bacharelado, orientados pela professora Iara Brasileiro. Essa primeira aproximação foi realizada partir de um questionário aplicado a surdos no Centro de Intérpretes de Libras – CIL, situado na estação 114 Sul do metrô de Brasília/DF. A partir de várias conversas com os entrevistados, a autora percebeu que

¹ O World Travel & Tourism Council (WTTC), principal consultoria independente do setor no mundo. Para saber mais acesse o site: <https://www.wttc.org/>

muitos surdos não se sentiam seguros ao viajar, além de observar que, apesar da barreira de um idioma diferente, a comunicação não é completamente impedida.

Outro fator percebido durante a pesquisa documental, nos estudos e ações voltados à acessibilidade e ligados ao Turismo, foi que o Turismo brasileiro dá mais atenção a pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência motora, talvez em razão da visibilidade que as melhorias para o atendimento a esse tipo de deficiências proporcionem, deixando de lado a acessibilidade voltada aos surdos e outras limitações. Assim, decidiu-se remodelar a pesquisa para aquele que se tornou no objetivo do presente trabalho, que será descrito mais à frente.

O texto a seguir apresenta uma dessas minorias – os deficientes auditivos ou surdos – como potenciais turistas. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde - OMS, publicados em março de 2018 pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC, atualmente há cerca de 466 milhões de pessoas no mundo que sofrem com problemas auditivos, sendo 34 milhões delas crianças. Cinco anos antes (2013), a mesma organização havia divulgado o número de 360 milhões de indivíduos – um significativo aumento de mais de 100 milhões de pessoas. A estimativa para 2030 é de que o número de afetados poderá alcançar os 630 milhões no mundo. Ou seja, o equivalente à população de três Brasis atuais.

O último censo brasileiro, em 2010, revelou que o Brasil possuía 190.732.694 pessoas. A mesma pesquisa mostrou que das 45.606.048 pessoas com deficiência – 23,9% da população brasileira –, 5,1% eram surdas (um contingente de mais de 230 mil pessoas). Outro dado interessante é que 7,6% dessas pessoas são totalmente surdos, isto é, possuem surdez profunda.

No ano de 2012, o Ministério do Turismo em conjunto com alguns parceiros, realizou uma pesquisa² de perfil do viajante, buscando conhecer o grupo de pessoas com deficiência. O Secretário de Direitos Humanos à época, afirmou: “Há uma miopia do *trade* turístico em relação às pessoas com deficiência. Não é um público pouco relevante, são 45 milhões de pessoas”. É possível notar, aí, a importância dessas pessoas como possíveis turistas, participando do desenvolvimento econômico no país, além de obedecer ao que determina a Constituição Federal que deixa claro em

² Demais informações estão disponíveis no site do MTur:
<http://www.brasil.gov.br/editoria/turismo/2013/12/estudo-mostra-importancia-do-planejamento-para-turista-com-deficiencia>

seu parágrafo 3º do Artigo 217: “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social”. Deve-se considerar, ainda, que essa instância à inclusão pode impulsionar o desenvolvimento de novas políticas públicas voltadas ao tema.

Uma forma de ligar a inclusão social por meio do Turismo é através da Tecnologia presente em nossas mãos. Algo que já faz parte da rotina de muitos surdos e ouvintes e está ao alcance de muitos brasileiros. Um dos principais instrumentos utilizados são os dispositivos moveis, como o celular. Com a capacidade de instalar aplicativos e facilitar muitas tarefas diárias e até mesmo algumas complexas como o planejamento de viagens e comunicação em outro idioma, como será possível perceber no tópico 2.3.

O termo “portador de deficiência”, tantas vezes utilizado, nas leis e normas e nas conversas cotidianas, será usado no presente trabalho apenas nas citações diretas, uma vez que o termo não é mais utilizado, visto que a deficiência não é algo portátil, que se “porte”. Aqui prefere-se seguir o pensamento de Chateau *et al* (2012).

Nos estudos da área da saúde encontramos a utilização das expressões “portador de deficiência” e nos mais recentes estudos “portador de necessidades especiais”. No Brasil, o termo portador de deficiência ganhou força a partir de 1986. Adotado nas Constituições federais, estaduais, em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências, a expressão portador de deficiência é muito utilizada, ainda que ela tenha caído na armadilha do léxico que aprisiona a pessoa ao desconforto de portar ou carregar uma deficiência ou necessidade. (CHATEAU, FIQUENE, BAPTISTA, SAETA, 2012, p.69)

Ainda sobre termos utilizados ao longo deste trabalho, vale dizer que, apesar de haver diferenças de entendimento sobre as definições dos termos “surdo” e “deficiente auditivo”, aqui se referirá aos dois grupos do mesmo modo.

O texto a seguir está dividido em três capítulos:

O primeiro aborda os conceitos de surdez, vindos da legislação brasileira e de autores da área, principalmente da Educação. Mostra a história dos surdos no mundo ocidental e no Brasil.

O segundo capítulo discute o tema da acessibilidade. Trata de entender o que é a acessibilidade, mostrando as leis e normas relacionadas a esse tema, além de exibir o levantamento de aplicativos como meio de inclusão no Turismo e explicitar a opinião dos entrevistados sobre o tema.

No terceiro capítulo, são buscadas a significância de inclusão e autonomia, explicitando a ligação entre os dois termos e correlacionando a relevância que possuem para o Turismo. Acrescenta-se uma breve abordagem da imagem que a sociedade tem do sujeito surdo e do deficiente auditivo.

Com a estrutura apresentada, nesses três capítulos, espera-se entender o objeto de estudo, ou seja, a relação entre a autonomia e o Turismo, como forma de inclusão da pessoa surda.

Objetivo Geral

Refletir sobre a relevância do uso de aplicativos para aparelhos móveis idealizados para a comunicação com e de pessoas com deficiência auditiva.

Objetivos Específicos

- Levantar a história dos surdos no mundo e no Brasil.
- Conhecer as principais normas e leis de inclusão da pessoa com deficiência auditiva no país.
- Discutir acessibilidade, autonomia, inclusão e suas relações com o Turismo.
- Identificar aplicativos gratuitos voltados à acessibilidade dos surdos, disponíveis no sistema *Android* em português e Libras e sua avaliação por usuários.

Metodologia

A metodologia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa foi, essencialmente, o levantamento bibliográfico e documental que atendesse aos objetivos propostos. Para tanto, foi necessária a investigação dos temas acessibilidade, inclusão, cultura surda e a legislação específica vigente. Além disso, houve a verificação de 30 aplicativos para telefones móveis sob a ótica inclusão e comunicação entre ouvintes e não ouvintes³.

Foram selecionados aplicativos que atendessem uma necessidade, mesmo que básica, de comunicação em Libras. De modo que fossem úteis em uma viagem.

³ Termo utilizado neste trabalho para se referir ao grupo de deficientes auditivos e surdos.

Um outro critério foi escolher alguns aplicativos que ajudassem o surdo a lidar com algumas situações comuns em uma viagem, como o transporte ou até tentar autoguiar-se em um espaço desconhecido, como um ponto turístico. Foram levadas em consideração a avaliação dos usuários, de 0 a 5 estrelas, e quantos votaram.

Para ajudar a entender um pouco mais sobre a importância dos aplicativos, uma entrevista semiestruturada foi realizada com a diretora pedagógica do projeto “Surdo Foto Clube”, mais conhecido como “Surdo Foto”. As perguntas foram feitas presencialmente no local em que as aulas de fotografia são ministradas, onde a autora pode presenciar um pouco da atividade do projeto.

Houve, ainda, a aplicação de três questionários respondidos de forma *online* por meio de um aplicativo de aparelho móvel. Os professores entrevistados são surdos, sendo uma mulher e dois homens. Dois deles lecionam na Universidade de Brasília – UnB e o terceiro trabalha no Instituto Federal de Brasília - IFB.

CAPÍTULO 1 – SURDEZ

No presente capítulo busca-se tratar dos conceitos de surdez e suas causas; considera-se, também, a diferenciação entre pessoas com deficiência auditiva e as que se consideram surdas. Além disso conta-se um pouco da história sobre o comportamento e as atitudes da sociedade ao longo dos séculos, com relação às pessoas com deficiência, particularmente no que se refere aos surdos e sua história, no mundo ocidental, desde os primeiros registros sobre o assunto até as últimas conquistas que essa comunidade tem alcançado no Brasil. Por último, apresenta-se uma breve reflexão sobre cultura e o que vem a ser a cultura surda.

1.1. Conceito de Surdez

Há muitas formas que, ao longo do tempo, serviram para descrever os surdos e deficientes auditivos. Ainda hoje, há muitos termos pejorativos, equivocados e não oficiais usados pela sociedade, em que os surdos são chamados no cotidiano, como: mudinho, surdo-mudo, mudo, surdinho ou até mãozinhas por conta do uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Segundo o Ministério da Educação - MEC (2006) a surdez baseia-se na “perda maior ou menor da percepção normal dos sons”. Distingue-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição.

Consoante a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a “Deficiência Auditiva é a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.” Ou ainda, uma pessoa pode ser considerada parcialmente surda, pessoa com surdez moderada, pessoa com surdez severa ou com surdez profunda. Esses termos são os mais usados nas áreas da Educação e da Medicina.

Quando há perda auditiva de até quarenta decibéis o indivíduo é considerado parcialmente surdo. Nesses casos, muitas vezes, a pessoa é tida como desatenta, e frequentemente tem dificuldade para compreender o que os outros falam, solicitando sempre a repetição do que foi dito. Já o indivíduo que apresenta perda auditiva entre 40 e 70 decibéis é tido como uma pessoa com surdez moderada. Esse tipo de surdez, já requer uma voz mais intensa para ser ouvida e, ainda assim, apenas as palavras principais da conversa são compreendidas.

A compreensão está ligada à percepção visual, por isso, é possível à pessoa surda ou parcialmente surda desenvolver a língua oral (BRASIL, 2002).

De acordo a mesma Lei 10.436, a perda auditiva entre 70 e 90 decibéis é classificada como surdez severa. A percepção do indivíduo é reduzida a alguns sons familiares e vozes fortes. Nesse caso, é comum a pessoa começar a falar apenas a partir dos quatro ou cinco anos de idade. A interpretação dessa pessoa está profundamente ligada à percepção visual. Com relação ao indivíduo com surdez profunda, a perda auditiva é superior a 90 decibéis. Com essa perda não é possível captar a voz humana e conseqüentemente, sem estímulo, a língua oral é impedida de se desenvolver. Por isso a Língua Brasileira de Sinais é recomendada. Caso ensinada, torna-se a língua natural do surdo.

A deficiência auditiva pode ser causada, de acordo com o Instituto ITARD⁴ (2017), por má-formação, desencadeada pela genética de um indivíduo, lesão na orelha ou na constituição do aparelho auditivo. Além disso pode ser classificada em condutiva, mista, neurossensorial e central. De acordo com o Ministério da Educação (2006) “o termo “surdo” refere-se ao indivíduo que percebe o mundo por meio de experiências visuais e opta por utilizar a língua de sinais, valorizando a cultura e a comunidade surda”.

Para muitas pessoas, os termos “surdo” e “deficiente auditivo” têm o objetivo de definir o mesmo sujeito, mas esses termos foram diferenciados por alguns autores, como Bisol e Valentini (2011, p.1) que dizem que os surdos:

[...] são pessoas que não se consideram deficientes, utilizam uma língua de sinais, valorizam sua história, arte e literatura e propõem uma pedagogia própria para a educação das crianças surdas. Os deficientes auditivos seriam as pessoas que não se identificam com a cultura e a comunidade surda.

Os mesmos autores complementam, explicando que ao contrário do que muitos supõem, “o surdo que se identifica com a língua de sinais e a comunidade surda não gosta de ser chamado de deficiente auditivo”. Portanto, há uma diferenciação de como a sociedade trata os surdos e como eles veem a si próprios. O surdo é percebido pelo uso de sinais, mas o deficiente auditivo é percebido pelos demais quando se nota a presença de uma prótese auditiva ou se percebe alguma dificuldade de fala;

⁴ Instituto de Cursos de Educação Especial.

frequentemente se esforçam para que sua limitação não seja percebida. A perda auditiva é desconfortável, sendo muitas vezes motivo de discriminação e preconceito. O uso de uma prótese auditiva⁵ não é capaz de “resolver magicamente todas as dificuldades, devendo ser entendida como um recurso a mais e não o único a ser utilizado para melhorar as condições para a comunicação” (BISOL, VALENTINI, 2011, p. 2).

Esse bloqueio de comunicação tanto do surdo como do deficiente auditivo faz com que o cotidiano lhes traga algumas dificuldades básicas, como marcar uma consulta ou até mesmo se fazer entender claramente pelas pessoas ao redor, como a família. O atendimento às suas necessidades chega a ser precário em vários órgãos públicos, no atendimento médico e em outros lugares, porque alguns estabelecimentos não dispõem de um profissional capacitado para atender a esse público (JUSTI, ANTUNES, OLIVEIRA, 2015).

1.2. História dos Surdos no Mundo

Ressaltar a História na construção de uma cultura é essencial para compreender o mérito das lutas e conquistas que geraram mudanças, impulsionando o desenvolver dos fatos até que a humanidade chegasse ao que possuímos no presente. Assim, para conhecer o que hoje se entende como comunidade surda, é necessário chamar à discussão filósofos, médicos, padres e educadores, essenciais na trajetória dessa história.

A presença dos surdos acompanha a história da humanidade, como citado por Strobel:

A presença do povo surdo é tão antiga quanto a humanidade. Sempre existiram surdos. O que acontece, porém, é que nos diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos. (STROBEL, 2008b, p.42)

A existência de registros de pessoas surdas no período da Pré-história é escassa. Os historiadores afirmam que pelo ambiente inóspito e forma de vida em tribos, a sobrevivência era mantida essencialmente considerando-se os aspectos físicos. Poucas são as chances de pessoas com alguma deficiência terem sobrevivido

⁵ As próteses auditivas ou aparelhos auditivos são amplificadores eletrônicos utilizados por pessoas que apresentam dificuldade de ouvir ou que não ouvem os sons na intensidade em que são apresentados.

por um tempo longo. As crianças deficientes representavam fragilidades, caracterizando um fardo para o grupo. Era comum que vitimassem os deficientes, sacrificando-os para a sobrevivência do grupo. Não há registros históricos que possam comprovar até que ponto, nesse contexto, os surdos sobreviviam (PERELLO, TORTOSA, 1978; PADDEN, HUMPRIES, 1996; GUGEL, 2007).

Nas culturas do Egito e da Pérsia, conta Strobel (2008b), os surdos eram considerados como sujeitos privilegiados. Acreditava-se que eram enviados pelos deuses. Entendia-se que, pelo fato de os surdos não falarem e viverem em silêncio, esses indivíduos tinham o privilégio de conversar em segredo com os seres supremos, numa espécie de meditação espiritual. O sentimento para com esse grupo era de profundo respeito: protegia-se e ‘adorava-se’ os surdos. Estes, porém, não possuíam instrução, nem vida social.

Um dos registros mais antigos foi escrito pelo filósofo grego Sócrates (470/469-399 a.C.) em 368 a.C., que afirmou: “

Se não tivéssemos voz nem língua, mas apesar disso desejássemos manifestar coisas uns com os outros, não deveríamos, como as pessoas que hoje são mudas, nos empenhar em indicar o significado pelas mãos, cabeça e outras partes do corpo?” (SOCRATES citado por SACKS, 1998, p.31).

Esse texto, dá ênfase, não apenas ao surdo, como pessoa reconhecida, mas cita o que hoje pode ser considerado como o princípio do que viria a se tornar a Língua de Sinais.

No século IV a.C., Hipócrates (460-377 a.C.), considerado pai da Medicina Científica, afirmou que os “surdos-mudos não podem discutir e que a palavra inteligível depende do controle e mobilidade da língua” (citado em PERELLO, TORTOSA, 1978, p.5). No modelo de sociedade da época, se não havia discussão não havia aprendizado, conseqüentemente, a pessoa sem aprendizado não poderia ser um cidadão reconhecido. Já Heródoto (484-424 a.C.) acreditava que “os surdos-mudos eram consequência do pecado de seus antecessores, considerando-os como seres castigados pelos deuses” (citado em PERELLO E TORTOSA, 1978, p.5).

Outras duas sociedades que apresentam relatos sobre pessoas com deficiência, incluindo o surdo, são as culturas espartana. Em Esparta acreditava-se no culto ao corpo, e em Atenas, cultuava-se o intelecto. Conforme Strobel (2008b), os meninos espartanos eram treinados desde os sete anos para que todos pudessem

estar aptos para a guerra e a defesa da cidade, ou, como era chamada, pólis. Em Atenas, o investimento era voltado às atividades artísticas, culturais e filosóficas. Devido a esse contexto, as crianças nascidas com qualquer deficiência eram mortas, em razão de que não poderiam servir ao Exército em Esparta e nem receber instruções em Atenas.

Na Grécia, os sujeitos surdos eram considerados inválidos e muito incômodos para a sociedade, por isto eram condenados à morte – lançados abaixo do topo de rochedos de Taygète ou jogados nas águas de Barather. Aqueles que sobrevivessem viviam miseravelmente como escravos ou eram isolados (STROBEL, 2008b, p.95).

Na obra *De Ira*, o filósofo romano Lucius Annaeus Sêneca, citado por Maciel (2010, p.20) menciona essa prática, acrescentando todos os tipos de deficiências, incluindo a auditivo, eram tidos como “monstruosos”:

Eliminai, então, do número dos vivos a todo o culpado que ultrapasse os limites dos demais, terminai com seus crimes do único modo viável... mas fazei-o sem ódio [...] Não se sente ira contra um membro gangrenado que se manda amputar; não o cortamos por ressentimento, pois, trata-se de um rigor salutar. Matam-se os cães que estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas. Matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos. Se nascerem defeituosos ou monstruosos, afogamo-los. Não é devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis. (SÊNECA, apud MACIEL, 2010, p.20)

Diferente da situação anterior, há registros históricos de procedência religiosa, que não condenavam esse grupo à morte, mas os excluía, por verem a deficiência como um castigo pelos pecados. O livro sagrado judaico Talmud, instrui: “Não equipares o surdo e o mudo com a categoria dos idiotas ou com aqueles indivíduos de irresponsabilidade moral, porque podem ser instruídos e considerados inteligentes”. Outras referências aos surdos podem ser encontradas na Bíblia Sagrada, como no livro de Êxodo capítulo 4, versículo 11: “Quem faz o mudo, ou surdo, ou o que vê, ou o cego? Não sou eu o Senhor?”. Ou em Levítico, capítulo 19, versículo 14, com o ensinamento para com os deficientes: “Não amaldiçoarás o surdo, nem porás tropeço diante do cego; mas temerás o teu Deus. Eu sou o Senhor.”

Há uma situação mostrada na Bíblia Sagrada em que é relatado claramente o uso de sinais para se comunicar. Encontra-se no evangelho segundo Lucas. O primeiro capítulo narra o nascimento e circuncisão de João Batista, primo de Jesus.

Os versículos 62 e 63 relatam uma comunicação por meio de sinais e pela escrita, entre a população e Zacarias, pai de João Batista, que não podia falar porque tinha sido castigado, por não ter acreditado na promessa que Deus lhe fizera por meio do anjo Gabriel. “Então, por sinais, perguntaram ao pai como queria que ele [a criança] se chamasse. Pedindo uma placa, o pai escreveu: ‘O seu nome é João’” (PERELLO, TORTOSA, 1978; SACKS, 1998; LADD, 2003).

Outro exemplo, é o relato da cura de um surdo, que pode ser lido em Marcos capítulo 7, versículos 32 a 37. Narra-se da seguinte maneira, a cura realizada por Jesus Cristo:

E trouxeram-lhe um surdo que falava dificilmente; e rogaram-lhe que pusesse a mãos sobre ele. E, tirando-o à parte, de entre a multidão, pôs-lhe os dedos nos ouvidos; e, cuspido, tocou-lhe na língua. E, levantando os olhos ao céu, suspirou e disse: Efatá; isto é, abre-te. E logo se lhe abriram os ouvidos, e a prisão da língua se desfez, e falava perfeitamente. E ordenou-lhes que a ninguém o dissessem; mas, quanto mais lhos proibia, tanto mais o divulgavam. E, admirando-se sobremaneira, diziam: Tudo faz bem; faz ouvir os surdos e falar os mudos.

Já no período da Idade Média (séculos V a XV - 476 d.C. – 1492), acreditava-se que a alma dos surdos não era imortal já que não conseguiam dizer os sacramentos. Um fato curioso é que essas pessoas eram proibidas de contrair matrimônio até o século XI. Santo Agostinho (354-430 d.C) declarava que aqueles que possuíam filhos surdos estavam pagando pelos pecados cometidos em suas vidas. Porém, por volta de 700 d.C., ainda na Idade Média, o Arcebispo John Beverley, de York, ensinou um surdo a falar, contrariando as afirmações de Aristóteles (384-322 a.C.) que acreditava que a audição era o principal sentido para o aprendizado.

No raciocínio de Aristóteles, como o “surdo-mudo” ⁶ não podia falar ou compreender o que o outro falava, não tinha a capacidade de aprender. Aristóteles afirmou: “todos os que nascem surdos também são mudos, mas podem emitir voz, são totalmente privados da palavra”, e foi mais além: “os cegos são mais inteligentes que os surdos”. Ao afirmar que podem emitir voz, o filósofo entende que essas pessoas emitem sons, mas continuam sendo “mudos” por não terem direito a se expressar. Afirma ainda no livro *A Política* (Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b): “Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma

⁶ O fato de uma pessoa ser surda não significa que ela seja muda. A mudez é uma outra deficiência, sem conexão com a surdez.

criança disforme será criada”. Mesmo assim havia surdos que não eram sacrificados. Durante séculos, não eram tidos como dignos à educação e por isso eram vistos como não educáveis.

Já entre os romanos, os surdos não possuíam quaisquer direitos, não podiam fazer testamento, além de precisarem de um curador para realizar qualquer tipo de negócio (LANE, 1997; LADD, 2003; GUARINELLO, 2007).

As bases aristotélicas, segundo Nakagawa (2012), que encadeiam voz, fala, linguagem e pensamento, construíram compreensões sobre o sujeito surdo que, ainda hoje, não só ecoam no senso comum, no mundo ocidental, como dão base a uma série de medidas (políticas, pedagógicas, culturais e médicas) com relação às pessoas com deficiência. Seguindo esse raciocínio, cria-se, a partir dessas premissas, o indivíduo surdo marginalizado: há, assim, uma espécie de necessidade de cura, submissão, sacrifício, abandono, cuidado e outros termos. O autor complementa: “frequentemente em uma posição de subjugação, opressão ou tutela do ‘homem normal’”. (NAKAGAWA, 2012, p. 12)

Outro aspecto importante a se mencionar é que em meados do século VI o Código Justiniano, um dos relatos mais remotos referente aos surdos, segundo Duarte (2013) relata pela primeira vez a classificação da surdez, “pelos vieses do direito e da saúde, em cinco categorias: surdo-mudez natural; surdo-mudez adquirida; surdez natural; surdez adquirida; mudez natural ou adquirida”. Com essa classificação, houve mudança socioantropológica no entendimento da surdez, um marco que diferenciou o tratamento aos surdos que falavam e os que não falavam:

Os que não falavam estavam impedidos por lei de celebrar contratos, reclamar herança, possuir propriedades, elaborar testamentos e conviver em sociedade. Essas regras não valiam para os surdos que falavam, pois, em sua maioria, eram aqueles que adquiriram primeiro a linguagem e só depois a surdez. A classificação da surdez sofreu muitas mudanças ao longo dos séculos, sempre acompanhando os processos de evoluções científicas, e, hoje, ainda se faz presente na área da saúde (DUARTE, 2013, p.1).

A Idade Média foi marcada pela supremacia da Igreja, com uma sociedade estática e hierarquizada. A ausência de condições de higiene gerou a existência de doenças epidêmicas fazendo com que surgisse a “necessidade de instituições precursoras dos modernos hospitais” (LADD, 2003; GUGEL, 2007).

Ao final do século XIII a prática da caridade se torna uma espécie de “serviço social local” com que colaboravam todas as instâncias responsáveis pelo “bom governo” da cidade, surgindo, assim, diferentes equipamentos sociais: hospitais, asilos, orfanatos e hospícios. A Igreja influenciou essa mudança, no sentido de que as autoridades religiosas, como o bispo, o cônego e outros ocupantes de cargos da instituição teriam as mesmas responsabilidades das autoridades leigas como os senhores notáveis e os burgueses (DUARTE, 2013).

Apenas por volta do século XVI surgem os primeiros educadores preocupados em provar uma filosofia adequada à realidade do surdo, concordando com a comunidade surda e, principalmente, reconhecendo suas aspirações de liberdade para se comunicar com sua língua materna e natural, a língua de sinais. No início, todas as palavras eram soletradas com o alfabeto de sinais, pois não havia sinais para as palavras. Strobel (2006 p. 248) aponta que essa atenção dada aos surdos faz com que surjam diversos professores que desenvolveram, simultaneamente, trabalhos com as pessoas surdas de maneira independente, em diferentes lugares da Europa. Havia professores que se aplicavam à tarefa de comprovar a efetividade da aprendizagem dos sujeitos surdos ao usar a Língua de Sinais e o alfabeto manual. Importante ressaltar que em muitos lugares havia professores surdos que lecionavam (STROBEL, 2006).

Pedro Ponce de Leon foi um monge beneditino nascido na Espanha (1520 – 1584), contratado para educar surdos, filhos de nobres. Tinha o objetivo de ensiná-los a ler e a escrever. Ademais, Gomes (2008) cita que o monge era herbólogo, estudante de ervas, e que manipulava alguns remédios à base dessas ervas com o intuito de “curar” e fazer falar os surdos. Desenvolveu um alfabeto manual e fundou a primeira Escola para Surdos, em Madrid. É considerado o “Pai da Educação dos Surdos” (MOURA *et al* 1997).

Foi relatado por Duarte (2013) que no século XV, entre “os sacerdotes médicos” surgiram os educadores que desenvolveram métodos para trabalhar com as pessoas surdas”. Ao avançar para o século XVI, um médico de Pádua, Itália, Girolamo Cardano (1501-1576), propôs ensinar os surdos por meio do uso de símbolos. Acreditava que o conhecimento levaria a uma melhor compreensão social desses indivíduos, admitindo que os surdos são educáveis e, portanto, capazes para o convívio social.

A história mostra que há uma relação direta entre saúde, educação e os ensinamentos aos surdos. Graças aos “sacerdotes médicos” e à legislação justiniana, houve oportunidade de ascensão social e legal dos surdos.

Um importante passo para a Língua de Sinais na história foi o método de L’Epée, que originou a palavra *gestualismo*. Conforme citação de Lacerda (1998, p. 7), para L’Epée:

[...] a linguagem⁷ de sinais é concebida como a língua natural dos surdos e como veículo adequado para desenvolver o pensamento e sua comunicação. Para ele, o domínio de uma língua, oral ou gestual, é concebido como um instrumento para o sucesso de seus objetivos e não como um fim em si mesmo. Ele tinha clara a diferença entre linguagem e fala e a necessidade de um desenvolvimento pleno de linguagem para o desenvolvimento normal dos sujeitos.

Em contraponto ao método do gestualismo, Samuel Heinicke (1723 – 1790) criou as bases da filosofia do *oralismo*. Seus métodos de ensino tinham como foco, ensinar os surdos a emitir sons e formar palavras, ou seja, objetivava o surdo a falar oralmente. Essa metodologia foi fortemente defendida na Europa, durante o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, um importante evento que marcou a história dos surdos que agora tinham acesso a escolas especializadas. Esse evento aconteceu na cidade de Milão na Itália, no ano de 1880.

Dentre vários tópicos votados e aprovados no Congresso de Milão, já citado, estava o veto oficial da Língua de Sinais na educação de surdos. Votou-se, também, pelo oralismo como a forma principal ensino. Strobel (2008b) ressalta que 74% dos congressistas eram ouvintistas e eram a favor do método do oralismo puro incitados por Alexander Graham Bell, extremo defensor desse método, no qual acredita-se que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através da língua oral, ou falada. Segundo Strobel, rapidamente as escolas de todo o mundo adotaram o método, mas além de prejudicar os surdos que eram professores e utilizavam o método do gestualismo, muitas crianças surdas saíam das escolas com qualificações inferiores e habilidades sociais limitadas por não conseguirem se adaptar.

⁷ O termo linguagem de sinais não é mais utilizado, o termo correto é Língua de Sinais.

1.3. História dos Surdos no Brasil

A história da Educação Especial no Brasil foi determinada, pelo menos até o final do século XIX, pelos costumes e informações vindas da Europa. O abandono de crianças com deficiências nas ruas, portas de conventos e igrejas era comum no século XVII, que acabavam sendo devoradas por cães ou morrendo de frio, fome ou sede. A criação da “roda dos expostos” em Salvador e no Rio de Janeiro, no início do século XVIII e, em São Paulo, no início do século XIX, deu início à um certo desvelo, ainda que inadequado, dessas crianças que eram cuidadas por instituições religiosas.

Segundo a Academia Nacional de Letras publicou na Folha de São Paulo em 2006, a “Roda dos expostos”⁸ recebeu bebês que eram rejeitados, até o final dos anos 1940. Essas rodas eram, geralmente, cilindros ocos, feitos de madeira, que giravam em torno de seu próprio eixo e tinham uma pequena porta voltada para a rua. De forma anônima, a mãe deixava ali o seu bebê e rodava o cilindro 180 graus, de modo que a porta ficasse voltada para o interior do prédio, onde alguém recolhia a criança abandonada. “Em São Paulo, bastava a campainha soar no meio da noite para as freiras da Santa Casa terem a certeza de que mais uma criança acabava de ser rejeitada”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006)

Mesmo em um contexto desfavorável aos nascidos surdos, houve um acontecimento, ainda no século XVIII, que mudaria a história no Brasil com relação a educação a essa comunidade. Em 1855, o imperador D. Pedro II permitiu a vinda o professor Eduardo Huet, surdo, com experiência de mestrado e cursos em Paris, viesse ao Brasil com o intuito de abrir uma escola para pessoas surdas. Na Europa já havia muitas escolas com êxito de ensino para esse público. A consolidação do objetivo do professor Huet concretizou-se em 1857:

Foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro – Brasil, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos”– INES, criada pela Lei nº 939 (ou 839?) [sic] no dia 26 de setembro. Foi nesta escola que surgiu, da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Dezembro do mesmo ano, o Eduardo Huet apresentou ao grupo de pessoas na presença do imperador D. Pedro II os resultados de seu trabalho causando boa impressão (STROBEL, 2009, p. 24).

⁸ Mais informações: <http://www.academia.org.br/artigos/roda-dos-expostos>

Um fato interessante é que o dia escolhido para comemorar o Dia Nacional dos Surdos no país, foi 26 de setembro, mesmo dia da fundação do INES. A partir da fundação do mesmo, os indivíduos surdos brasileiros passaram a contar com uma escola especializada para sua educação, propiciando no futuro, o surgimento da Libras (GOLDFELD, 1997; SOARES, 1999). Contudo, em 1911, seguindo uma tendência mundial, o instituto adotou a filosofia oralista, contrária ao uso de sinais, como consequência do Congresso de Milão. Somente no final dos anos de 1970 é que chegou ao Brasil a filosofia da comunicação total e, na década seguinte, teve início o bilinguismo, como será explicado mais à frente (GOLDFELD, 2003; SOARES, 1999).

O INES funcionava como um internato, as crianças e adolescentes eram deixados lá durante o ano todo. Estudavam os conteúdos disciplinares e participavam de oficinas para a profissionalização, no caso dos meninos. Para as meninas ensinava-se a cozinhar e fazer artesanatos, como era o costume da época na educação das mulheres (JANUZZI, 2004). O alfabeto manual francês foi difundido no Brasil pelos próprios surdos, alunos do Instituto. Veloso e Maia Filho (2009) declaram que pais de todo o Brasil, levavam seus filhos surdos ao INES.

Os mesmos autores asseguram que em 1861 Huet viajou ao México, inicialmente por problemas pessoais, para lecionar aos surdos de lá. Januzzi (2004) afirma que Huet vendeu seus direitos relacionados ao Instituto para o governo imperial nesse mesmo ano devido ao término de seu contrato de trabalho. Conforme ambos autores, Januzzi (2004) e Veloso e Maia Filho (2009), em 1862 Manoel Magalhães Couto foi incumbido da direção do INES, substituindo Eduard Huet. Contudo, antes que esta língua tomasse uma estrutura no Brasil, educadores do mundo todo mobilizam-se em convenções mundiais para a discussão e definição do método que seria adotado como padrão de ensino aos surdos. Havia duas correntes como forma de “inclusão” desse público à sociedade: o ensino pela da Língua de Sinais ou o ensino pelo método do oralismo.

A metodologia de ensino de surdos escolhida foi o oralismo, abolindo definitivamente o uso de sinais na educação dessas pessoas. Esse fato fez muitos surdos decaírem em seu desempenho educacional, episódio notório e discutido em muitos outros congressos que se seguiram. Dentre os diversos estudiosos que adotaram o oralismo, observou-se que esse método produzia uma fala ininteligível nos

surdos (HONORA e FRIZANCO, 2009). Um fato que demonstra claramente o retrocesso do desenvolvimento até então conseguido na educação dos surdos, se mostrou na história mundial, quando somente as pessoas ouvintes puderam votar, mesmo havendo a presença de professores surdos no congresso.

Um desses estudiosos que fez a diferença no método de ensino mundial, e conseqüentemente brasileiro, foi Willian Stokoe (1919 – 2000). Segundo Veloso e Maia Filho (2009), começou uma intensa pesquisa por volta de 1960 sobre a vida cotidiana dos surdos, o que seria um marco para a forma de sua comunicação. A pesquisa focou na comparação de dois casos. O primeiro foi estudar a vida de um grupo de surdos que eram únicos com tal deficiência na família, ou seja, filhos surdos de pais ouvintes. O outro consistiu no estudo o caso de filhos de pais surdos, ou seja, filhos surdos de pais surdos.

A conclusão foi clara: o grupo de crianças com surdez que não conviviam com outros surdos, automaticamente não usava a Língua de Sinais, pois em casa seus familiares usavam a comunicação de forma oral, por desconhecerem os sinais, e na escola esse tipo de comunicação era proibido. No segundo caso, crianças que conviviam em família com outros surdos, se comunicavam por meio de sinais em casa, ainda que na escola fosse proibido. A criança da segunda situação, ao contrário da primeira, tinha oportunidade de crescer e se desenvolver convivendo com a Língua de Sinais, que era sua língua natural. A comparação das duas situações estudadas trouxe a conclusão de que o surdo que tinha a Língua de Sinais como materna, desenvolvia-se melhor e mais depressa do que o surdo que aprendia apenas pelo método do oralismo. Os surdos que usavam a Língua de Sinais tinham identidade e compreendiam o mundo à sua volta (VELOSO e MAIA FILHO, 2009).

Stokoe lecionava no Instituto Gallaudet nos Estados Unidos. Após um congresso mundial em Paris, publicou a pesquisa que influenciou novas medidas com relação ao principal método de ensino adotado em Milão, séculos atrás. Veloso e Maia Filho (2009) afirmam que a partir daqui a educação de surdos passa a utilizar como método, a Comunicação Total.

A Comunicação Total é esclarecida por Goldfeld (2002) como o “ensino do surdo por todos os meios de comunicação, oral, gestual, mímica, etc. O que ocasionou um pouco de confusão. Pois nem mesmo os surdos se entendiam entre si”. Por ainda não existir um padrão na Língua de Sinais, cada um se expressava de um modo

diferente do outro, então, cada instituição ensinada sinais diferentes para os seus alunos. Na intenção de resolver essa confusão linguística, foi criada em 1987, no Rio de Janeiro, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIDA, hoje conhecida como Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS⁹ a fim de padronizar os sinais e principalmente defender os interesses dessa comunidade.

Ao final dos anos 1980, os surdos lideraram o movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais – Libras, resultando em um projeto de Lei em 1993 que deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação em âmbito federal. Esses esforços culminaram em uma conquista histórica: a criação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, seguida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta, reconhecendo-se, finalmente, a Libras.

Há constante luta pela melhoria do cotidiano para pessoas surdas, ao mesmo tempo em que a evolução da tecnologia vai abrindo alguns caminhos para a inclusão dessas pessoas nos meios de comunicação. Um exemplo do fim do século XX, em 1997, foi o *closed caption* (legenda oculta), que permite a exibição de legendas na televisão, melhorando o acesso à informação para surdos. O aprofundamento das principais conquistas por meio de leis e decretos será destrinchado no capítulo referente a Legislação e Normas de Acessibilidade.

1.4. Definição de Cultura Surda

Existem diversas definições sobre o tema cultura, por isso, antes de estabelecer o que seria a Cultura Surda, é necessário refletir, mesmo que brevemente, sobre o significado da palavra cultura. Um dos primeiros antropólogos a definir cientificamente essa palavra, foi Edward Tylor, em sua obra *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*, publicada em 1871. Tylor considerou que o vocábulo inglês *culture*, "tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (TYLOR, *apud* LARAIA, 2001, p. 14).

⁹ FENEIS é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, bem como a defesa de seus direitos. Mais informações no site: <https://feneis.org.br/>

Ruth Benedict escreveu em seu livro, *O Crisântemo e a Espada*, que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo (citada por LARAIA, 2001). Se a Cultura se transforma a partir da percepção que um grupo de pessoas ou indivíduo enxerga o mundo, claramente é possível a existência de não apenas uma, mas diversas culturas surdas.

Por sua vez, o surdo é visto como aquele que “apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social” (CAMPOS in LACERDA; SANTOS, 2014 p.48). Dentro dessa visão, é possível relacionar a definição de cultura com o entendimento do indivíduo surdo.

Strobel (2008, p.30) é mais específico ao conceituar a cultura surda como:

A forma como o sujeito surdo entende o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo às situações em que acontecem os eventos linguísticos, os metadiscursos produzidos, os contextos pragmáticos, a construção da subjetividade e as condições sócio e psicolinguísticas de usos da LSB.

Interessante observar que a definição do conceito de deficiência auditiva considera a pessoa com alguma limitação ou impedimento auditivo, ou seja, que possui uma incapacidade. Já a definição de surdez considera o sujeito surdo como aquele que tem apenas uma diferença linguística e, conseqüentemente, uma diferença cultural (CAMPOS, 2014, p. 48).

Claramente há separação entre surdos e ouvintes pela forma distinta de compreender a realidade. A professora e pesquisadora surda Glads Perlin afirma que a cultura surda, como diferença, se desenvolve numa atividade criadora. “Símbolos e práticas jamais conseguidos, jamais aproximados da cultura ouvinte. Ela é disciplinada por uma forma de ação e atuação visual. Já afirmei que ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva (PERLIN, 2013, p. 56).”

As diferenças não estão apenas no fato de ser ouvinte ou surdo. Cada país possui suas particularidades, dentre elas, a língua (idioma) e ainda sim, como no Brasil, é possível haver diferenças linguísticas de acordo com a região. Lima (2015, p. 51) explica que ao mesmo tempo que o ouvinte se expressa com diferentes “artefatos gestuais, vocais e com a língua de sinais, ele considera estar produzindo sentido, pois

a língua de base é a Língua Portuguesa”. Contudo, “na recepção, o sentido não é o mesmo para o surdo, ou nem faz sentido, tendo em vista que não há uma língua comum compartilhada”. Por isso, há diferentes línguas de sinais no mundo, concordando com a cultura ouvinte em que o surdo nasceu.

A construção da história cultural é uma nova interpretação de caminhos percorridos, para a deferência do povo surdo, dando lugar à sua cultura, valores, hábitos, leis, língua de sinais, bem como à política que movimenta tais questões, ou seja, uma cultura escrita pelos surdos e não mais a excessiva valorização da história registrada sob as visões do ouvinte. Ela não mais interpreta o sujeito como algo fora de contexto, inventado, mas o sujeito como instrumento histórico no sentido e no significado (PERLIN, STROBEL, 2014).

Além da cultura, há o termo “identidade surda”. Porém, na visão de Santana e Bergamo (2005, p. 568) não existe uma “identidade exclusiva e única, como a identidade surda. Ela é construída por papéis sociais diferentes (pode-se ser surdo, rico, heterossexual, branco, professor, pai etc.) e também pela língua que constrói nossa subjetividade”.

Ainda assim, a autora surda Strobel (2009) considera que a partir da origem etimológica da palavra cultura, do latim *colere*, que significa cultivar, a ela relaciona com o cultivo da linguagem e da identidade, realizada coletivamente e de forma performativa. “No caso dos surdos, o cultivo e a colheita se dão dentro da comunidade surda, campo fértil para o florescimento de sua **identidade** e de sua cultura” (STROBEL, 2009, p.152, grifo nosso).

CAPÍTULO 2 – ACESSIBILIDADE

Neste capítulo busca-se esclarecer o que é acessibilidade para, em seguida introduzir a legislação e normas vigentes com relação a esse tema. Afim de entender mais sobre a importância dos aplicativos, há um quadro com 30 *apps* disponíveis para telefones móveis sob a ótica inclusão e comunicação entre ouvintes e não ouvintes. Além disso, são apresentadas quatro opiniões de pessoas que são ou trabalham com surdos sobre os aplicativos e a autonomia que promovem ao turista.

2.1. Acessibilidade

A acessibilidade é um tema visto em várias áreas do conhecimento, com diversas publicações e políticas voltadas para o alcance de um espaço público ou privado. No entanto, a discussão sobre esse tema, geralmente aborda mais as medidas para a acessibilidade física, pois é a mais visível a sociedade, como pisos táteis, rampas, banheiros adaptados. Todas essas providências são, de fato, importantes. Todavia não são as únicas medidas para a acessibilidade mais próxima do ideal. Sasaki (2009) propõe seis dimensões de acessibilidade:

Arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). (SASSAKI, 2009, p.1 e 2)

Em concordância com Sasaki, Serpa (2009) procura explicar a sexta dimensão, a “atitudinal”, quando afirma: “Além da eliminação das barreiras arquitetônicas e demais relativas ao ambiente físico, é necessário eliminar outras barreiras, como o preconceito, o sentimento de pena, entre outros” (SERPA, 2009, p.31).

Essa barreira social que o surdo enfrenta, compromete o desenvolvimento desse indivíduo como cidadão. Se a sociedade o vê sem capacidade para apreender a realidade em que vive e aprender como as pessoas ouvintes, dificilmente ele terá

competência, na visão dessa mesma sociedade, para alcançar uma educação reconhecida a ponto de ocupar um cargo com alta remuneração e responsabilidade. Esse tipo de atitude excludente e preconceituosa terminar por afetar o surdo psicológica e economicamente, negando-lhe oportunidades financeiros e, conseqüentemente, reduzindo as chances que esse surdo possa ter, de acesso a lazer e viagens.

Um outro importante conceito, é o de “acessibilidade plena”¹⁰ que parte do princípio de que apenas uma aparente acessibilidade física não é suficiente para que os espaços possam ser compreendidos e, de fato, usufruídos por todos. Esse pensamento significa ir além da acessibilidade física, defendendo a adoção de aspectos emocionais, afetivos e intelectuais indispensáveis, que gerem a experiência ao lugar, de “acolher seus visitantes e criar aptidão no local para desenvolver empatia e afeto em seus usuários” (DUARTE; COHEN, 2012 *apud* DUARTE; COHEN, 2013, p.2).

A acessibilidade não está ligada apenas a pessoas com deficiência. Vale lembrar que as pessoas com mobilidade reduzida também são parte desse conceito, assim como toda a sociedade. Ou seja, “se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal¹¹, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.” (SASSAKI, 2009, p.2).

Parte dessa ideia é percebida na Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou ainda Estatuto da Pessoa com Deficiência. Primordial para a sociedade, compreende a acessibilidade, no Art. 6º, como:

A possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e **autonomia**, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com **deficiência** ou com **mobilidade reduzida**. (BRASIL, 2015, grifo nosso).

¹⁰ O conceito de “acessibilidade plena” (DUARTE; COHEN, 2012) foi desenvolvido por Cristiane Rose Duarte e Regina Cohen no âmbito das pesquisas e dos projetos desenvolvidos pelo Núcleo Pró-acesso da UFRJ.

¹¹ Desenho Universal é a evolução do conceito livre de barreiras. Surgiu inicialmente nos EUA e assume-se como instrumento para a concretização da acessibilidade e visa promover a inclusão social. (GABRILI, 2008, p.8)

O Estatuto apresenta temas como a igualdade para as pessoas com deficiência e censura a discriminação. Discorre sobre o direito à vida, saúde, educação, habilitação e reabilitação, moradia, oportunidade de trabalho e inclusão nesse meio. Inclui, ainda, muitos outros temas que dão segurança de participação às pessoas com deficiência na sociedade, como o direito à cultura, esporte, turismo e lazer. Importante mencionar o Art. 59, em que assegura que o “Poder Público incentivará, promoverá e garantirá a participação das pessoas com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, em todos os níveis” (BRASIL, 2015).

Há necessidade da continuação de ações que gerem acessibilidade em todas as suas “dimensões”, o próprio MTur reconhece no documento “Turismo e acessibilidade: Manual de orientações” publicado em 2006, que a acessibilidade não é completa e tampouco perfeita para atender as necessidades das pessoas com deficiência. Entretanto, segundo o governo federal, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, afirma buscar oferecer “oportunidades de educação, trabalho e saúde para que as pessoas com deficiência sejam incluídas integralmente na sociedade e tenham vida produtiva e independente.” (BRASIL – Turismo e acessibilidade – Manual de orientações, 2012, p.28).

2.2. Legislação e Normas de Acessibilidade

Os preceitos são criados para proteger, organizar e harmonizar a convivência entre as pessoas como iguais, com direitos e deveres a serem cumpridos. Neste subitem, abordam-se as principais conquistas relativas à legislação voltada aos surdos e aos deficientes auditivos no Brasil.

Existem hierarquias que devem ser obedecidas, sob o princípio de que as leis são coerentes com as regras de maior importância, sendo que a lei de maior autoridade no Brasil é a Constituição Federal, criada por Assembleia Constituinte, constituída por representantes eleitos pela população, promulgada oficialmente em 5 de outubro de 1988.

A Constituição de 88 ressalta no Artigo 23, Parágrafo II, que a União, os Estados e o Distrito Federal tem o dever de cuidar da saúde e assistência pública, dar

proteção e garantia às pessoas com deficiência. Já o Artigo 24, trata sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência, no inciso XIV.

A mesma Carta Magna determina em seu segundo parágrafo que: “A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.” Além disso, o art. 244 garante a adaptação dos mesmos.

Uma conquista para os brasileiros de um modo geral, foi obtida com a Lei nº 10.098/2000, que não assiste apenas as pessoas com algum tipo de deficiência, mas também a pessoas com mobilidade reduzida. Segundo o decreto Nº 5.296/2004, os indivíduos com mobilidade reduzida são pessoas que não se encaixam na descrição de uma pessoa com deficiência, porém, por qualquer motivo, têm dificuldade de movimentar-se, de forma permanente ou temporária, ocasionando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. O ser humano está sujeito a essas condições nos casos de quebrar uma perna, de gravidez ou, mesmo próprios da velhice. Essa Lei, portanto, determina normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (BRASIL, 2004).

Apesar de a Constituição ser soberana, conforme o Art. 5º, § 3º, os tratados internacionais que versam sobre direitos humanos entram em nossa Constituição como emenda constitucional. Por isso, além dos direitos citados acima, exarados na Constituição, temos o Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Esse Decreto tem como princípios, os temas de reconhecimento da importância da autonomia e independência individuais para as pessoas com deficiência, inclusive da liberdade para fazer as próprias escolhas. Trata, também, sobre igualdade de gênero, acessibilidade, igualdade de oportunidades, não-discriminação, participação inclusiva na sociedade e o respeito e aceitação dessas pessoas.

A conquista de amplos direitos desse grupo, no entanto, demorou a acontecer. Mesmo que o país já tivesse o INES desde o século XIX, em que já ocorria o ensino da comunicação por meio de sinais, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais

foi tardio, ocorrendo apenas em 2002, com a Lei Nº 10.436, regulamentada pelo Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002.)

É interessante observar que o fato de a Língua de Sinais ser reconhecida legalmente no Brasil, não garante, na prática, o acesso a ela. Ou seja, mesmo em serviços básicos como saúde, educação e outros, necessários a todos, tem-se o direito de exigir o atendimento em Libras, mas não significa que o hospital, delegacia ou até mesmo a escola, conseguirão disponibilizar um intérprete para a prestação desses serviços. Então, não é correto afirmar que a Libras é a segunda Língua Oficial brasileira, pois não há acesso garantido a ela, como é o caso da Língua Portuguesa.

A partir de 2005, o meio do Decreto 5.626, tornou dever do Poder Público garantir o tratamento diferenciado aos surdos, obrigando as Instituições Públicas a capacitar pelo menos 5% dos seus servidores, funcionários e empregados para que estejam preparados para prestar o atendimento necessário ao surdo. Todavia, dificilmente encontram-se tais pessoas ou os serviços locais exigidos por lei.

Ainda aludindo o Decreto nº 5.626, há o detalhamento sobre a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular e a formação de tradutores e intérpretes. Cita, também, o ensino da Libras e da Língua Portuguesa aos surdos nas escolas, a garantia do direito ao acesso à educação de pessoas surdas ou deficientes auditivas, além de garantir-lhes saúde. Esclarece o papel atribuído ao poder público e às empresas que detêm permissão ou concessão de serviços públicos, o apoio à difusão da Língua Brasileira de Sinais.

Com relação aos planos de benefícios da Previdência Social, a Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, traz no Artigo 93, uma relevante oportunidade no mercado de trabalho tanto para os surdos, como para pessoas com outras deficiências. Essa Lei exige que as empresas com 100 ou mais empregados preencham, de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência.

Um importante passo na educação nacional foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) atualizada pela Lei Nº 12796/13. Em

seu Artigo 37 garante oportunidades educacionais adequadas, considerando as peculiaridades dos alunos. Já no Artigo 59, destaca que “os sistemas de ensino devem assegurar currículo, recursos, métodos e organização específicos” para atender às necessidades do corpo discente. O Decreto Nº 7.611/11 (BRASIL, 2011) estabelece algumas diretrizes, entre elas: a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

Além disso, há normas na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes à acessibilidade. Se as leis estipulam que é necessário fazer modificações nos prédios públicos, por exemplo, a ABNT irá guiar as medidas e proporções exatas, necessárias para que a obra seja verdadeiramente acessível. Essa norma trata da acessibilidade nas edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Exemplo disso é citado no item 3.35 da NBR 9050 de 2015, sobre as rampas: “Inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminhamento. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%” (ABNT, 2015)

Há outras normas sobre a acessibilidade benéficas para a população e, conseqüentemente, para o Turismo. Algumas delas: a NBR 14273, vigente desde 1999, que regula o acesso à pessoas com deficiência no transporte aéreo comercial; a norma NBR 15599 de 2008, que trata da acessibilidade da comunicação na prestação de serviços; a NBR 15450 regula a acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário, em vigor desde 2006. É possível, ainda, conhecer as normas para a acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário a partir da NBR 15320 de 2005, e às caixas de autoatendimento (NBR 15250 de 2005). Os aeroportos são importantes equipamentos turísticos e devem adaptar-se a partir da NBR 15208 de 2011, em que são abordados os requisitos para os veículos autopropelidos para embarque/desembarque de pessoas com deficiência de ou mobilidade reduzida.

A Lei se mostra clara e justa no papel, mas a inclusão do surdo como um cidadão que consegue desfrutar das mesmas oportunidades que o ouvinte, seja ela no mercado de trabalho, na educação ou, mesmo, no Turismo, está longe de ser igual ou, mesmo, justa. Duarte *et al* (2015) confirmam essa linha de pensamento ao afirmarem:

A acessibilidade da nossa sociedade é falha, assim como a aplicação das Leis que são inspiradoras no papel, mas decepcionantes na aplicação do

cotidiano aos cidadãos que mais necessitam. Nesse sentido, entende-se que é necessário o estudo das ações que impulsionem o desenvolvimento de políticas públicas de turismo integradas junto aos governos de todos os níveis e com a sociedade civil, a fim de garantir os direitos do segmento de pessoas com deficiência e combater todas as formas de discriminação. (DUARTE *et al*, 2015).

Em concordância com esses autores, essas leis e normas facilitam o acesso aos equipamentos turísticos, como meio de inclusão buscando no processo de desenvolvimento do Turismo no país. No entanto, não há possibilidade de alcançar o objetivo de acessibilidade apenas contando com leis e normas. A sociedade também precisa se sentir responsável pela inclusão das pessoas com deficiência, para que alcancem o sentimento de pertencimento à comunidade e obtenham melhoria da qualidade de vida, não apenas para os indivíduos diferentes, mas para a sociedade como um todo.

2.3. Aplicativos como meio de Inclusão

A tecnologia desenvolvida pelo homem tem trazido ao cotidiano cada vez mais ferramentas para as diversas atividades, sejam elas para pedir comida em “alguns cliques”, pedir um carro e já saber quanto se pagará ou conversar por vídeo chamadas e por mensagens de texto em um mesmo aplicativo. Estamos rodeados por esses conhecimentos e a cada dia, alguma melhoria ou novidade é desenvolvida.

Os telefones móveis mais conhecidos como telefones celulares se desenvolveram rapidamente com o passar dos anos, e com isso, suas funções se transformaram em uma fonte ímpar de socialização e comunicação:

Os telefones celulares encarnam, ao mesmo tempo, funções de conversação, convergência, portabilidade, personalização, conexão através de múltiplas redes, produção de informação (texto, imagens, sons), localização.... Instituindo uma sociabilização efêmera, o que marca um contato social mediatizado, não solene, fugaz, transformando esses formatos em vetores de sociabilidade e de comunicação. (LEMOS, 2007, p.1).

Os aplicativos – *apps* – são responsáveis, em grande parte, pela melhoria da comunicação. O Dicionário Oxford (2018), define *app* como “um aplicativo, especialmente quando baixado por um usuário para um dispositivo móvel” (tradução própria).

Durante a pesquisa não se encontrou uma fonte confiável que trouxesse uma definição simples, mas completa, do que seja um “aplicativo”. Assim, a partir de várias fontes consultadas, definiu-se, no presente trabalho, um aplicativo como um *software*¹² desenvolvido para ser instalado em um dispositivo eletrônico móvel (*smartphone, tablet, telefone celular ou leitor de MP3*). Os aplicativos, ou *apps*, podem ser baixados por meio de uma loja *online* e instalados, ou, de acordo com o modelo do aparelho, já virem instalados. Alguns exemplos de lojas *online* são: *Google Play, App Store* ou *Windows Phone Store*.

Os aparelhos móveis são uma fonte de tecnologia muito utilizada na atualidade, pois a partir desses dispositivos, é fácil ter acesso a um mundo de informações e aplicativos que facilitam o cotidiano. De acordo com os dados da Anatel, agência reguladora vinculada com o Governo federal, o “Brasil terminou abril de 2018 com 235,7 milhões de celulares e densidade de 112,87 cel/100 hab” (ANATEL, 2018).

Essa inovação tecnológica tem grande importância para o Turismo, uma vez que esses dispositivos ligados à *internet* possibilitam o uso de aplicativos para facilitar a busca de destinos e sua avaliação. Podem proporcionar, com isso, a independência dos usuários em resolver algumas questões que surgem nas viagens, inclusive um bloqueio de comunicação, como acontece entre o surdo e o ouvinte. A manifestação do interesse do MTur nesse assunto é mostrada no mais recente Plano Nacional do Turismo – PNT de 2018-2022. O documento indica as diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo:

A inovação tecnológica é um aspecto que deve ser observado com atenção, uma vez que a atividade turística e o comportamento dos consumidores vêm se modificando rapidamente, mostrando cada vez mais autonomia, tendo em vista a versatilidade, a facilidade e a comodidade de acesso a inúmeras informações que a internet, por meio de redes sociais, **aplicativos** e outros canais de comunicação e vendas, possibilita aos seus usuários. Além de ter um papel de grande importância no processo decisório de viagem, a internet, associada à tecnologia, possibilita ainda a implementação de soluções mais rápidas e de custo reduzido voltadas à sensibilização dos profissionais que atuam no setor de turismo. (PNT 2018 p.58, grifo nosso)

Em 2015 a autora do presente trabalho iniciou uma pesquisa sobre aplicativos que pudessem facilitar ou promover a comunicação entre surdos e ouvintes, durante

¹² *Software* é classificado como a lógica cuja função é fornecer instruções para o *hardware* (parte física que constitui o computador).

duas matérias de Estágio Supervisionado no Curso de Bacharelado em Turismo, como informado na Introdução. Foram selecionados aplicativos que pudessem promover a autonomia/independência de surdos, na condição de turistas ou como usuários de *apps* no dia a dia.

O Quadro 1 é constituído por 30 aplicativos criados para facilitar tarefas necessárias em uma viagem ou na rotina. Muitos desses *apps* ensinam o alfabeto e itens básicos para que surdo e ouvinte se comuniquem, mesmo que de maneira rasa. Alguns já fazem a tradução direta entre o Português e a Libras e vice-versa. Há ainda aplicativos escolhidos, pela autora, por conta da facilidade de deslocamento que proporcionam ou da quantidade de informações turísticas que possuem para um guiamento e planejamento da viagem de forma independente. Infelizmente os aplicativos mais completos, em questão de informações, estão voltados para o Português, mais do que a Língua de Sinais, excluindo, assim, surdos que não foram alfabetizados em Português ou mesmo os que possuem nível de instrução baixo nesse idioma.

Quadro 1. Aplicativos capazes de facilitar tarefas necessárias em uma viagem e na rotina

Nº	Nome	Criador/ Desenvolvedor	Descrição	Nº de avaliação dos usuários	Pontuação	Observações
1	Acesso Brasil	MDS Tecnologia da Informação Ltda	Transforma textos em português para Libras.	51	3,1 estrelas	Atualizado em 2015.
2	Alfabeto LIBRAS	NOCLAF TECH	Ensinar o alfabeto em Libras.	143	4,4 estrelas	O Projeto Beethoven quer incentivar a criação de novas tecnologias para melhorar a acessibilidade.
3	Aprenda Libras	Poli-Libras	Ensino Libras voltado principalmente para os surdos.	31	3,8 estrelas	Poucas palavras disponíveis.

Quadro 1. Aplicativos capazes de facilitar tarefas necessárias em uma viagem e na rotina (Continuação)

4	APT - Acessibilidade Para Todos	Guilherme Dorazzi	Possibilitar a conversação, sintetizando textos em voz e convertendo áudios em textos.	12	4,8 estrelas	Auxilia pessoas surdas e pessoas com deficiência na fala.
5	Brasília Quadra a Quadra	RH PRODUÇÃO	Mostra os pontos e equipamentos turísticos. Disponibiliza reserva em hotéis e delivery de restaurantes.	2	3.0 estrelas	Possui informações sobre o patrimônio da cidade, mas estão em português.
6	Brasília: Guia de Viagens	iniCall.com	Guia de viagens, mostra pontos de interesse e te ajuda a planejar a rota.	Sem	Sem pontuação	Possui apenas 10 downloads.
7	Catedral Brasília	Agencia Minha Paróquia Comunicação	Aplicativo oficial da Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida.	5	4.4 estrelas	As informações estão em português.
8	Central de Libras	ABR Telecom	Central de intermediação de vide chamadas em Libras.	39	4,3 estrelas	Aplicativo recente, ainda não comporta algumas operadoras de celular.
9	e-Museum Guia Móvel	Dropmind	Guia móvel de acessibilidade e divulgação do patrimônio cultural.	Sem avaliações	Sem pontuação	As informações sobre as obras estão em português e só funciona em alguns museus específicos.
10	Fala Libras	Bem TV	Aplicativo para aprender a Língua Brasileira de Sinais	122	3,8 estrelas	Sem observações
11	Giulia	Map Innovation	Plataforma de comunicação para surdos.	96	4,4 estrelas	Objetiva o intermédio entre o surdo e o ouvinte.
12	Guia Brasília DF - Brasil	Nativoo Guia de Viagem	Guia para turistas em Brasília.	98	3,8 estrelas	Permite o usuário personalizar o roteiro da sua viagem, sem precisar falar com ninguém.

Quadro 1. Aplicativos capazes de facilitar tarefas necessárias em uma viagem e na rotina (Continuação)

13	Hand Talk	Hand Talk Servicos LTDA	Promover a comunicação entre ouvintes e surdos, além de ensinar através de videoaulas.	21.634	4,6 estrelas	Eleito o melhor aplicativo social do mundo pela ONU. Disponível em 7 línguas.
14	ITalk4U	Jime Cazuhiro Ossada	Converte textos digitados com o alfabeto em libras, para o Português.	5	3,4 estrelas	Permite que surdos não alfabetizados em português consertam textos em Libras para voz.
15	Kekanto – Restaurantes e dicas	Delivery Direto by Kekanto	Guia da cidade, bairro, turismo, dicas descontos, contatos de lojas e destinos.	16.595	4,4 estrelas	Eleito o melhor guia da cidade em 2013 e 2014 no Google Play Brasil.
16	Libras IFZN	Moisés Abraão Sousa de Oliveira	Ensinar sinais em Libras.	63	4.4 estrelas	Possui sinais referentes ao alfabeto, números e informática.
17	Mudo Que Fala	Robson dos Santos ribeiro	Converte texto em voz utilizando o app de voz do celular.	155	4,1 estrelas	Auxiliar quem não compreende a Libras.
18	Navegação e mapas offline	Maps, GPS Navigation	Proporciona mapas e GPS mesmo sem internet.	158.119	4,7 estrelas	Possui mapas compactos de mais de 200 países.
19	ProDeaf Tradutor	ProDeaf Tecnologias Assistivas	Traduzir frases e palavras de Libras para ASL ou o oposto.	26.280	4,6 estrelas	Primeiro aplicativo tradutor de Libras para ASL
20	Rybená Tradutor Libras Voz	Grupo ICTS	Transforma textos escritos e em voz e traduz para Libras.	193	4,1 estrelas	Funciona em computadores e dispositivos móveis.
21	Sinalário Disciplinar em Libras	Eziquiel Menta	Ferramenta de apoio para alunos surdos.	87	4,6 estrelas	Há cerca de 300 vídeos voltados a diversos temas.
22	Sinalibras	Empresa Junior Hut8	Aplicativo Glossário e Dicionário para o ensino da Língua de Sinais.	Sem avaliações	Sem pontuações	Possibilita a comunicação entre crianças surdas e adultos ouvintes.

Quadro 1. Aplicativos capazes de facilitar tarefas necessárias em uma viagem e na rotina (Continuação)

23	Sing Short Message Service	SSMS	Enviar mensagens usando o alfabeto da Língua de sinais da sua escolha.	425	4,2 estrelas	Possui 5 línguas de sinais: ASL, BSL, GSL, LSF e SASL.
24	Smal	Samuel.Silva	Sistema Mobile de Aprendizado em Libras por meio da Datilologia.	42	3,5 estrelas	Ajuda na comunicação para iniciantes.
25	SOSurdo	CIASC – Centro de Informação Automática de Santa Catarina	Realização de chamadas de emergência para pessoas surdas.	4	5,0 estrelas	Aplicativo foi desenvolvida em parceria com a UFSC.
26	Taty Melo Tour Viagens Turismo e Eventos	TurSites – TS APP	Promete os serviços de uma agencia de viagens.	1	5,0 estrelas	Agência de viagem com atendimento em Libras pelo <i>app</i> .
27	TripAdvisor : hotéis, restaurante , voos, atrações	TripAdvisor	Planejar a própria viagem, contando estabelecimentos avaliados por mais de 500 milhões de pessoas.	1.148.578	4.4 estrelas	Presente em mais de 300 cidades pelo mundo.
28	Turismo Acessível	Ministério do Turismo do Brasil	Avaliar e Consultar a acessibilidade dos pontos e equipamentos turísticos.	28	4,3 estrelas	Última atualização ocorreu em 2016.
29	Uber	Uber Technologies, Inc.	Transporte 24h por dia, o pagamento pode ser feito pelo <i>app</i> , não é necessária comunicação direta com o motorista.	4.747.679	4,2 estrelas	O preço pode ser visto antes que a viagem seja realizada, além de ser possível solicitar um carro de acordo com a sua necessidade. Presente em 70 países.
30	VLibras	Vídeo digital (LAViD)	Tradutor de Português para Libras.	738	4,2 estrelas	Objetiva auxiliar os surdos em suas atividades diárias. Aplicativo apoiado pelo Governo do Estado de PB e UFPB.

A partir das descrições encontradas no Quadro 1, é possível perceber a necessidade de melhoria relacionada ao uso da tecnologia para a inclusão, pois os aplicativos existentes não são suficientes para suprir o apoio que o surdo necessita no Brasil. A partir dessa lógica, é citada uma meta de investimento no PNT para melhorar a acessibilidade tecnológica nos destinos turísticos brasileiros. A promoção de integração, promete incluir as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, atingindo o turista nacional, o estrangeiro e o morador dessas localidades.

Implantar sinalização turística informativa, educativa, interativa, acessível a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e com tradução em língua estrangeira, utilizando comunicação visual padronizada nacionalmente, observados os indicadores utilizados pela Organização Mundial de Turismo, é um dos desafios propostos para o Plano Nacional de Turismo 2018-2022. O Brasil deverá acompanhar a tendência mundial de tornar inteligentes os sistemas de sinalização turística, mediante a inserção de recursos de interação com o usuário turista, em placas, painéis e totens que compõem esses sistemas (BRASIL. Ministério do Turismo – Plano Nacional do turismo – PNT, 2018, p. 99).

2.4. Questionários e Entrevista

Os questionários e entrevista, foram aplicados no mês de junho de 2018. A entrevista foi realizada com a diretora pedagógica do projeto Surdo Foto¹³. Os três questionários foram aplicados de forma *online* a dois surdos e uma surda. Em um dos casos, a entrevistada preferiu responder em Libras, por meio de alguns vídeos; os outros dois responderam por escrito. Cada um foi especificamente escolhido, por conta de sua dedicação ao ensino nessa área, além de todos se auto intitulem surdos, preferindo se comunicar pela Língua Brasileira de Sinais.

2.4.1. Entrevista Semiestruturada

Foi realizada em junho de 2018 uma entrevista semiestruturada com a professora Isabella Vasconcelos Gurgel, pedagoga formada pela Universidade de Brasília, com ênfase em Educação de Surdos. A professora é especialista na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias pela UnB e mestre pelo Programa de Pós-

¹³ Projeto que ensina fotografia a pessoas surdas, além de promover eventos e ações voltadas a divulgação da comunidade surda. Mais informações: www.facebook.com/surdofotoclube

Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (Linguagem e Sociedade/ Língua, Interação sócio- cultural e Letramento). Além disso, é Diretora Pedagógica do Instituto Surdo Foto Clube e participa do grupo de pesquisa em Estudos Linguísticos da Universidade de Brasília coordenado pelo Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva.

Isabella atua no projeto Surdo Foto desde o seu início, no ano de 2015. Relata que o objetivo do projeto é estimular o desenvolvimento linguístico dos surdos, já que o alcance por meio da Língua Portuguesa não era efetivo, então, o projeto deixava que “as imagens falassem por eles”.

Ao ser questionada se os surdos, ao longo dos anos em que ela dá aula, viajavam, responde que a maioria não, por uma questão financeira ou, até, por falta de curiosidade, pois estão acostumados à cidade em que vivem. Lembrou-se de três surdas que ‘mochilaram’ juntas na Argentina e outra, Renata Resende, atual professora do Instituto Federal de Brasília – IFB, que viajou muitos países e fez diversas fotografias após frequentar o projeto.

Dentre outros alunos de que teve notícia, o projeto foi capaz de influenciar dois surdos que se formaram em fotografia e outros dois, que são profissionais na área e cuidam do Foto Clube: “o Foto Clube é deles” diz ela com um sorriso.

Sobre a questão dos aplicativos, Isabella diz que “com certeza” os aplicativos dão autonomia aos surdos. Ressalta o celular como o principal meio e diz que tanto no dia a dia, quanto em viagens, “os *apps* resolvem um pouco a vida dos surdos”, ao pedir um táxi, marcar uma consulta e até pedir uma pizza. Mas considera que é preciso haver a criação de mais aplicativos que facilitem ainda mais a locomoção e comunicação dos surdos. A frase mais marcante nessa entrevista, foi: “A leitura de imagens funcionava como a compreensão, e a produção dessas imagens, como expressão”

2.4.2. Questionários *online* aplicados aos surdos

Questionário 1

A respondente se chama Guiomar da Silva Ferreira da Cunha Alves, formou-se em Pedagogia pela Escola Superior Professor Paulo Martins - DF, possui graduação em Letras - Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina, no pólo

UNB, além de Pós-Graduação em LIBRAS pela Faculdade EFICAZ. Habilitada no Exame Nacional de Proficiência de LIBRAS para nível Médio e Superior - PROLIBRAS, promovido pelo MEC/UFSC. Leciona como professora de Libras em instituições superiores e escolares. Atualmente é professora do Instituto Federal de Brasília - IFB.

Ela informa que viaja de duas a três vezes ao ano e que prefere viajar acompanhada. Acredita que os *apps* são muito importantes pois dão liberdade aos surdos e ajudam muito na questão da comunicação, já que a tradução para Libras facilita o entendimento e “os surdos precisam se relacionar com os ouvintes”.

Conta que nunca usou um aplicativo para se comunicar em viagens, pois os filhos são ouvintes e a ajudam. Além disso explica que geralmente escreve ou, mesmo, se comunica por gestos quando viaja.

Em sua última resposta, Guiomar afirma que os aplicativos são muito importantes pois eles são visuais e fazem com que o surdo entenda rápido as coisas. Contudo, indica que muitos surdos não gostam de usar aplicativos de tradução por terem muito “Português sinalizado¹⁴ e não Libras”. Esses programas precisam “melhorar a expressão, os sinais” e outros elementos da Língua de Sinais para, no futuro, se tornarem aplicativos melhores.

Questionário 2

Juselio Mattos do Amaral, é graduado em Letras Libras - Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e possui Especialização em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos, pelo Instituto Federal Santa Catarina (IFSC). É experiente na área do Ensino Especial, participante da equipe do projeto de Video-Escrito do Dr. Rodrigo Rosso na UFSC. Atualmente, atua como professor do ensino de Libras na Universidade de Brasília - UnB.

O entrevistado informa que viaja sozinho, com a frequência de quatro vezes ao ano. Ao ser questionado sobre o uso de aplicativos em viagens, Juselio responde que os *apps* podem ajudar os surdos pois são ferramentas visuais e dão independência

¹⁴ Quando a tradução do português é literal, ela não se encaixa na estrutura gramatical da Língua de Sinais Brasileira, por isso, nem sempre consegue transmitir a mensagem correta ao surdo que a vê.

ao serem usadas. Relata já ter utilizado aplicativos em suas viagens e diz que ao usá-los, não precisa da ajuda de outras pessoas, sente-se independente.

A última questão, em que se perguntou se os aplicativos são importantes no dia a dia do surdo, responde que sim, e justifica a importância dos aplicativos para os surdos, escrevendo sobre uma época em que havia muitas barreiras de comunicação, em que não conseguia fazer uma ligação e tinha que pedir à família e amigos para fazer isso por ele: “é muito dependente”. “Hoje os aplicativos são muito importantes para os surdos, fazendo com que eles não precisem mais pedir ajuda para outras pessoas (amigos e família), os aplicativos ajudam muito, trazem mais conforto para o surdo”.

Questionário 3

O terceiro entrevistado foi o professor João Paulo Vitorio Miranda, licenciado em Letras Libras pela UFSC, especialista em Libras pelo IESM, mestre em Linguística pela UnB. Atualmente, é doutorando do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília, além de atuar como professor nessa mesma universidade, no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Trabalha com a linha de pesquisa de gramática: teoria e análise na Linguística da Libras. Ex-diretor da Federação Nacional da Educação e Integração dos Surdos – DF e Tradutor e Intérprete de Libras. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Libras, surdo, política linguística, bilinguismo, Escrita de Sinais da Libras e tecnologia assistiva.

O professor informa realizar três viagens mensais, sendo que viaja sozinho por conta do trabalho. Afirma que os *apps* certamente podem dar mais autonomia para os surdos nas viagens, pois facilitam “a comunicação entre a empresa e o aplicativo, por meio de tecnologia adaptada”. Reforça ter usado *apps* em viagens pois se sente mais seguro. “Se as empresas avisassem sobre as trocas de portão de embarque, via aplicativo, menos surdos perderiam voos”. Inclusive, alega que os aplicativos são importantes no cotidiano, pois facilitam a vida do surdo, já que “dificilmente há intérpretes de Libras em diferentes espaços”.

Diante das respostas obtidas é possível ter uma leve percepção da importância que os aplicativos têm no cotidiano dos entrevistados. Os quatro respondentes

acreditam que os aplicativos geram um sentimento de autonomia/independência aos surdos. Apesar disso, ainda há melhorias necessárias, não apenas aos apps, mas no próprio Turismo, por não explorar essa tecnologia voltada a inclusão.

CAPÍTULO 3 – TURISMO, INCLUSÃO E AUTONOMIA

No último capítulo deste trabalho, busca-se associar inclusão e autonomia, em seguida explica-se a relevância da inclusão dos surdos e pessoas com deficiência auditiva no Turismo, trazendo ainda a discussão com alguns autores sobre a interpretação que a sociedade tem do sujeito surdo.

3.1. Relação de Inclusão e Autonomia

Como dito na Introdução, o Turismo possui diversas definições. Sendo um fenômeno dinâmico, encontra-se em processo de reflexão em busca da conceituação mais adequada para se descrever. Optou-se, aqui, por uma definição em que se poderiam perceber temas de inclusão e autonomia em relação a esse fenômeno.

[...] deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência, visitando outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços especialmente implementados para esse tipo de visitação. A atividade dos turistas acontece durante o deslocamento e a permanência fora da sua residência. Os negócios turísticos são os **realizados nos equipamentos ou durante a prestação de serviços** que os turistas utilizam na prestação e na execução da sua atividade (BARRETTO, 2003, p. 20) (grifo nosso)

Na citação de Barreto, a menção a equipamentos e prestação de serviços, leva à ideia de que o Turismo precisa atender a todos e se adaptar, a fim de receber pessoas com deficiência em geral, e os surdos, foco desse estudo. Em alguns casos é possível perceber adaptações em hotéis, restaurantes, e em alguns atrativos, como por exemplo monumentos, museus, igrejas entre outros. No entanto, essas ações não são suficientes para alcançar a inclusão e proporcionar a autonomia a esse perfil de turista.

A definição de inclusão para Sasaki (2012) se dá a partir do:

[...] processo pelos quais os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda adversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2012, p.1).

Outra definição de inclusão é feita por Aranha (2001, p. 20-21):

A inclusão social, portanto, não é processo que diga respeito somente à pessoa com deficiência, mas sim a todos os cidadãos. Não haverá inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva, ou seja, realmente democrática, onde todos possam igualmente se manifestar nas diferentes instâncias de debate e de tomada de decisões da sociedade, tendo disponível o suporte que for necessário para viabilizar essa participação.

A autonomia está ligada a várias áreas de conhecimento, sendo uma definição também difícil de descrever, pois modifica-se de acordo com o assunto a que é relacionada, ou seja, de acordo com o cenário. Em um contexto geral, pode ser definida como uma condição de ser independente ou autogovernar-se (SPEAR; KULBOK, 2004). Atada ao tema da inclusão e ao Turismo, seria relativa ao suporte para proporcionar essa participação, fazendo com que o meio em que o turista ou o morador visita, estivesse adaptado e em condições de fazer com que se sinta seguro para realizar algo sozinho. Uma memória de Strobel, autora citada algumas vezes neste trabalho, faz com que possamos enxergar um fato que marcou a sua vida e a fez querer ser independente:

Lembro uma vez de uma ocasião de quando eu tinha sete anos, em um dia muito quente e eu tinha uma vontade incrível de tomar coca-cola. Pedia a minha mãe apontando com o dedo indicador para a garrafa vazia, ela me respondeu: "você quer coca-cola? Então lhe dou dinheiro e você atravessa a rua e vai comprar lá em armazém em frente" eu gritava e implorava... "Não", pois tinha vergonha porque falava errado e queria que minha mãe fosse comprar para mim. No fundo do coração de minha mãe doía, mas ela sabia que era para o meu bem. Eu fui ao armazém e eu falei com voz tremida: "coca-cola", então o homem me deu a cola que acabei levando. A minha mãe perguntou: "é isto que você quer tomar?" com a minha resposta negativa ela me fez voltar acompanhando-me junto e com isto me senti mais segura e com passos firmes entrei no armazém e reclamei ao homem que não queria cola e sim coca-cola, o homem então, trocou a cola por coca-cola... E assim pensei: "puxa, não precisei de minha mãe pra isto!", foi um fato que me marcou e me fez refletir muito porque foi daí que aprendi a ter minha própria independência. (STROBEL, 2004)

É possível relacionar essa história com a fala de Aranha (2001), em que afirma que não é possível alcançar a "inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva". Na narrativa temos, de um lado, o papel da família (mãe), que a encorajou a tentar, a se arriscar, mesmo que fosse discriminada ou tivesse vergonha de falar errado; do outro lado temos o vendedor que representa a sociedade que precisa estar preparada para incluir esse surdo no processo de aprendizagem

mútua. No fim, há o sentimento de autonomia, que encoraja Strobel a buscar sua liberdade e de se tornar uma cidadã com direito de escolhas em seu dia a dia.

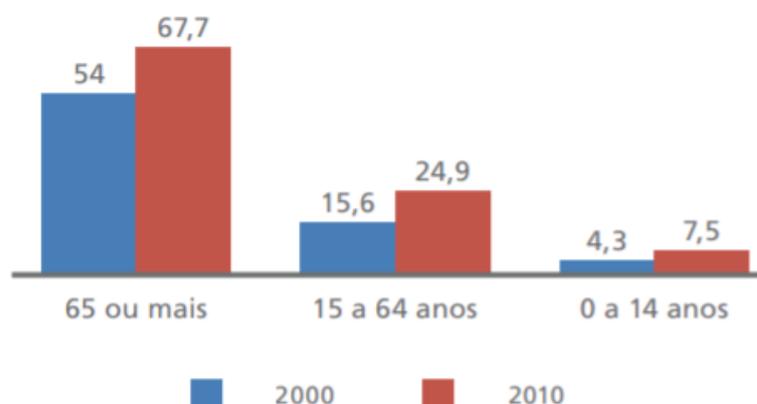
Dentro do grupo de deficientes auditivos, não são todos os surdos que aprendem a oralizar, ou mesmo ler lábios. Por essa razão, a mesma iniciativa precisa acontecer com relação a Língua de Sinais, até porque, mesmo que não haja fluência, há outros métodos, como tentar escrever, desenhar ou mesmo apontar. São formas simples de tentar a inclusão do surdo.

3.2. A Relevância da Inclusão no Turismo

De acordo com o Instituto Brasileiro de Pesquisa e extensão - IBGE, responsável por coletar os dados para a pesquisa do Censo 2010, estima-se que 347.481 pessoas não conseguem ouvir de modo algum. Importante lembra que existem níveis de surdez, como já explicado neste trabalho. Por isso, as informações geradas pelo IBGE têm como base pessoas que sofrem algum problema de audição, seja ela dificuldade permanente de ouvir, alguma dificuldade ou grande dificuldade. Continuando os dados do Censo 2010, há 1.799.885 indivíduos que possuem grande dificuldade em escuta e 7.574.797 sofrem alguma dificuldade.

Houve uma comparação sobre o censo de 2000 e o censo de 2010, em que as deficiências mental, auditiva, visual, intelectual e motora estão divididas em três faixas etárias. É possível constatar no Gráfico 1, que o crescimento no grupo de 65 anos ou mais, apresentou 13,7 pontos percentuais. Esse aumento pode ser atribuído tanto ao crescimento populacional como ao crescimento da população acima de 65 anos. Já no grupo de 15 a 64 anos, o crescimento foi de 9,3%, seguido pelo aumento de 3,2 pontos percentuais na faixa de 0 a 14 anos.

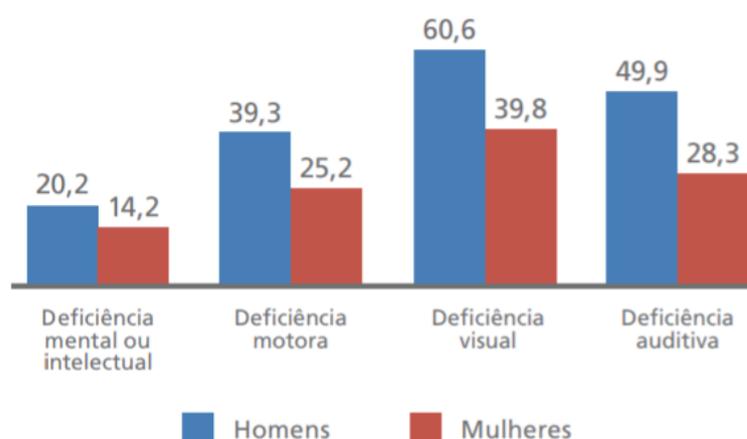
Gráfico 1 - Percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências por grupos de idade: Censos 2000 e 2010 (%)



Fonte: Extraído de IBGE (2012, p. 12)

Outro importante dado publicado, foi relativo ao número de pessoas que trabalham, dentro dos 23,9%.¹⁵ “O maior grupo de pessoas ocupadas na semana de referência foi representado na faixa etária de 40 a 59 anos, cuja população era de 10.708.757 trabalhadores” (IBGE - Cartilha do Censo 2010, 2012). O Gráfico 2 mostra a percentagem de deficientes auditivos, está abaixo apenas dos deficientes visuais no que se refere à ocupação.

Gráfico 2 - Nível de ocupação da população de 10 anos ou mais de idade por sexo e tipo de deficiência investigada (%)



Fonte: Extraído de IBGE (2012, p.20)

¹⁵ No Gráfico 2, são mostradas crianças de 0 a 10 anos que trabalham. Referente a esse tema, o IBGE lançou em 2013, dados mais específicos e uma nota sobre o trabalho infantil no Brasil. Mais informações: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/trabalho_infantil/default_trabalho_infantil.shtm

Nos gráficos apresentados, é possível observar que existe um número significativo de pessoas com deficiência no Brasil, além de haver uma desigualdade com relação ao trabalho, ou seja, na geração de renda para as pessoas com todos os tipos de deficiência. Segundo IBGE (2012), na semana da pesquisa, o número de pessoas sem deficiência que estavam empregadas era de 76,4% ou 65.967.714 pessoas, contra apenas 23,6% ou 20.365.963 pessoas com deficiência. Diante desses fatos, é difícil acreditar na inclusão dessas pessoas dentro de atividades como o Turismo.

No documento “Turismo e acessibilidade: Manual de orientações” (MTur, 2006), o próprio Órgão reconhece que a acessibilidade não é completa e encontra-se longe de atingir a perfeição quando se trata de suprir as necessidades das pessoas com deficiência:

No que concerne ao turismo em relação a esses grupos populacionais é que, atualmente, não existem condições de acessibilidade condizentes. Projetar a igualdade social pressupõe garantir a acessibilidade a todos, independentemente das diferenças, e entender a diversidade como regra e não com exceção. Nessa reflexão, surge um novo paradigma, em que esses valores agregados conduzem a acessibilidade a uma cultura na qual as necessidades das pessoas com deficiência e com restrição de mobilidade assumem um caráter estratégico de ação efetiva do Estado. Nesse caso, é responsabilidade do MTur promover a acessibilidade e tratar o assunto em função da abrangência do setor que engloba prestação de serviços, equipamentos e atividades turísticas, e outras áreas, direta e indiretamente (MTur, 2006, p.7).

Em sequência, também admite ser responsável por “promover a acessibilidade” nos diversos contextos que englobam o Turismo. Afinal, as pessoas com deficiência buscam ser tratadas da mesma forma que as demais. Essa questão é relacionada ao Turismo Responsável e o Turismo Social, que consiste na “forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (BRASIL, 2010, p. 10).

Seguindo a linha de pensamento do Turismo Responsável, concordando com Duarte e Borda (2013, p. 369), a acessibilidade no turismo “visa, primordialmente, o reconhecimento do outro (o deficiente) em seus direitos e responsabilidades. Busca, portanto, colocá-lo não como alguém ‘digno de pena’, mas como alguém capaz de exercer todas as atividades turísticas de forma equânime – como igual”.

Portanto, a inclusão deve proporcionar um turismo acessível as pessoas com deficiência, numa linha de pensamento que os trate com dignidade e respeito, proporcionando-lhes autonomia, ser um turista capaz de usar a tecnologia como instrumento para a liberdade que a experiência do Turismo proporciona em uma pessoa. Essa possibilidade é primordial à pessoa com deficiência, ela deve escolher viajar acompanhada não porque “precisa”, mas porque quer, porque opta por companhia.

A marca de incapaz imposta ao surdo pela sociedade é mostrada por Strobel (2009), que faz uma relação sobre três diferentes olhares dos ouvintes para com os surdos, ao longo da história. O primeiro é o *historicismo*: a história escrita vem de fontes relacionadas à hegemonia dos poderosos, destacando uma visão de superioridade com relação aos surdos. Contrário a ele, a *história crítica* vê o surdo como sofredor e dependente. No caso da *história cultural*, esse indivíduo é visto como um ser capaz de possuir uma cultura própria. (STROBEL, 2009, p.30).

Quadro 2 - Percepção da sociedade com relação aos surdos

Historicismo	História Crítica	História Cultural
<ul style="list-style-type: none"> • Surdos narrados como deficientes e patológicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Surdos narrados como “coitadinhos” que precisam de ajuda para se promover, se integrar 	<ul style="list-style-type: none"> • Surdos narrados como sujeitos com experiências visuais
<ul style="list-style-type: none"> • Os surdos são categorizados em graus de surdez 	<ul style="list-style-type: none"> • Os surdos têm capacidade, mas são dependentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • As identidades surdas são múltiplas e multifacetadas
<ul style="list-style-type: none"> • A educação deve ter um caráter clínico-terapêutico e de reabilitação 	<ul style="list-style-type: none"> • A educação como caridade, surdos “precisam” de ajuda para apoio escolar, porque têm dificuldades de acompanhar os colegas 	<ul style="list-style-type: none"> • A educação de surdos deve ter respeito à diferença cultural
<ul style="list-style-type: none"> • A língua de sinais é prejudicial aos surdos 	<ul style="list-style-type: none"> • A língua de sinais é usada como apoio ou recurso. 	<ul style="list-style-type: none"> • A língua de sinais é a manifestação da diferença linguística-cultural relativa aos surdos

Fonte: Adaptado de STROBEL, 2009

A linha de pensamento da história cultural, proporciona mais respeito ao surdo. Em que há oportunidade de participar, desenvolver sua própria cultura, falar sua Língua, não como apoio, mas como forma de expressão. Ser diferente possuindo identidade e não por ser excluído. Pensamento fundamental para fazer com que o surdo se sinta independente e capaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste estudo refletir sobre a relevância do uso de aplicativos para aparelhos móveis, idealizados para a comunicação com e de pessoas com deficiência auditiva. Afim de alcançar esse objetivo, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais em assuntos coerentes a compreensão de conteúdos que relacionam-se com o tema proposto. Além do levantamento de 30 aplicativos que podem servir como apoio ao turista em momentos de uma viagem ou até mesmo em seu cotidiano.

Durante a pesquisa bibliográfica e documental, houve dificuldade em encontrar dados recentes, provenientes dos órgãos públicos, incluindo o Ministério do Turismo, sobre os surdos e deficientes auditivos, principalmente relacionados a esse fenômeno.

Para o entendimento do tema abordado, o trabalho foi dividido em três capítulos. Sendo que primeiro, a surdez é explicada a partir da Lei Nº 10.436/2002, além de diferenciar o entendimento de surdo e deficiente auditivo, abordando algumas dificuldades do cotidiano para esse grupo. Para entender o contexto em que o surdo se encontra, foi necessário buscar acontecimentos históricos que envolvem o passado dessa comunidade pelo Ocidente o principalmente pelo Brasil, mostrando conquistas e retrocessos durante a história.

Em seguida os surdos são envolvidos na percepção da Cultura Surda e Identidade, produzida pelo próprio surdo em sua rotina, enaltecendo a Libras e a forma de adaptação de uma cultura ouvinte imposta pela história. Tratando o sujeito surdo como diferente, mas não inferior ao ouvinte.

Discutiu-se acessibilidade para o entendimento de normas e leis que buscam possibilitar a realização da mesma na sociedade. Apesar de não garantirem que será cumprida, proporcionando um espaço acessível a todos, como o desejado não apenas para os surdos, mas para toda a sociedade.

Após a explanação sobre os aplicativos, questionários e entrevista são analisados e associados como meio de inclusão para impulsionar o Turismo, mostrando que há avanços relacionadas ao uso da tecnologia para a inclusão. Apesar de proporcionarem alguma autonomia, os *apps* são apenas uma ferramenta que auxilia o turista, não garantem uma inclusão total dos surdos no Turismo. Os aplicativos existentes no Brasil, não são suficientes para suprir o apoio que o surdo necessita dentro do país, podendo-se concluir-se que o país não está apto para

receber turistas surdos de forma digna, com atendimento e infraestruturas adequadas, tanto em uma questão física quanto em uma questão tecnológica. A inclusão de forma parcial dentro do Turismo ainda é uma realidade, fazendo com que o país perca oportunidades de não apenas incluir os surdos nessa atividade socioeconômica, mas de gerar renda e empregos que os beneficiem economicamente. Essa seria, com certeza, uma forma de minorar o preconceito ainda persistente.

Este trabalho mostra que há formas de contribuir para um turismo acessível, que promova a inclusão de uma parte da sociedade, que até aqui não é notada, visto que as barreiras encontradas vão além das físicas; são barreiras sociais que podem ser rompidas através da inclusão e do sentimento de independência. O atual Plano Nacional de Turismo sugere investir em acessibilidade nos próximos anos, por meio das tecnologias, seguindo o modelo de outros países em que essas medidas já foram adotadas.

A partir do momento em que houver maior atenção a aspectos como a educação, saúde, trabalho, transporte e outros direitos básicos de todos os cidadãos, haverá uma base melhor para o Turismo e conseqüentemente uma prestação de serviço adaptada aos surdos e a outras pessoas com deficiência.

Os aplicativos são apenas o começo do que a tecnologia pode fazer para promover a acessibilidade no Turismo. O progresso dos aplicativos e outras ferramentas presentes nos dispositivos móveis, são constantes e fazem parte do cotidiano do surdo. Por isso, caso incentivados, através de mais políticas inclusivas e investimento em tecnologias como totens de autoatendimento em Libras, sinalização adaptada e a promoção da inclusão dos surdos, afim de combater o preconceito de uma parte da população que ainda vê o deficiente como incapaz.

Se as tecnologias e as normas forem, de fato, colocadas a serviço das pessoas, a inclusão social poderá se tornar realidade, garantindo autonomia e dignidade não somente ao cidadão surdo e ao deficiente auditivo, mas a toda a comunidade de pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

A RODA DOS EXPOSTOS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/roda-dos-expostos>>. Acessado em 22/05/2018.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.

BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do Turismo. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n.20, p.15-290, outubro de 2003.

BÍBLIA, Bíblia Sagrada. Tradução João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2 ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo, 1993.

BISOL, C. A. & VALENTINI, C. B. Surdez e Deficiência Auditiva - qual a diferença? Objeto de Aprendizagem Incluir – UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em: <http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA_SURDEZ_Surdez_X_Def_Audit_Texto.pdf>. Acessado em: 05/06/2018.

BORDA, G. Z.; DUARTE, D. C.; SERPA, A. B. Tourism for all: accessibility and social inclusion in Brazil – the case of Socorro (São Paulo State) tourism destination. *Revista Cenário*, v.1, p.30 - 44, 2013.

BRASIL. Decreto Nº 5.626/2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acessado em 02/05/2018.

_____. Decreto Nº 6.949/2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acessado em 07/05/2018.

_____. Lei Nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acessado em: Acessado em 26/06/2018.

_____. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 15/05/2018.

_____. Lei nº 10.436/2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acessado em: Acessado em 16/05/2018.

_____. Normas da ABNT. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>>. Acessado em: Acessado em 16/05/2018.

_____. ABNT NBR 9050:2015. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gerico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf>. Acessado em: 16/05/2018.

CAMPOS, M. L. I. L. Educação Inclusiva para Surdos e as Políticas Vigentes. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2014. p. 37-61.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose de S. Subsídios metodológicos na construção de uma “acessibilidade plena”: a produção da identidade e da subjetividade de pessoas com deficiência. **Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant**, 2013.

DUARTE. et al. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as Políticas Públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. *Revista Brasileira e Pesquisa em Turismo*, v.9, p.537- 553, 2015.

DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. *História, Ciências, Saúde– Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1713-1734.

EBC - Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-03/oms-adverte-que-900-milhoes-de-pessoas-podem-ter-surdez-ate-2050>>. Acessado em 09/06/2018.

GABRILI, M. **Desenho Universal: um conceito para todos**. Cartilha em pdf. 2008.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997.

GOMES, Morgana. Pedagogia no século XVI: Pedro Ponce de Leon. *Educativa: a Revista do Professor*. n.3. Edição Especial. São Paulo: Minuano Cultural, 2008.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus. 2007.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Esclarecendo as deficiências. **São Paulo: Cirando Cultural**, 2009.

Instituições para Surdos no Brasil. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/ines_portal_novo/>. Acessado em 11/05/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cartilha do Censo 2010 – pessoas com deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)/ Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

JANUZZI, Gilberta. Algumas concepções de educação do deficiente. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, 2004.

JUSTI, Jadson; ANTUNES, Judith Martins; OLIVEIRA, Hildete Xavier de. Reflexões acerca do atendimento ao indivíduo surdo na estratégia saúde da família. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12, 2015, Curitiba. Anais... Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015, p. 33.711-33.721. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16442_7400.pdf>. Acesso em: 11/05/2018.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos**. Caderno CEDES, vol. 19, n. 46. Campinas. 1998.

LADD, Paddy. **Understanding deaf culture: in search of deafhood**. Sydney: Multicultural Matters. 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura – um conceito antropológico**. Zahar: Rio de Janeiro. 14ª edição, 2001.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada**. Tradução de Cristina Reis. Lisboa: Instituto Piaget. 1997.

LANE, Harlan. **The wild boy of Aveyron**. Massassuchetts: Harvard University. 1976.

LEMOS, André. Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. **Matrizes**, v. 1, n. 1, 2007.

LIMA, C. M. Educação de surdos: desafios para a prática e formação de professores. Rio de Janeiro: WAK, 2015.

LOPES, Fernando José; GONZALEZ, Maria de las Nieves Lopez. O USO DE APLICATIVOS EDUCACIONAIS DE ALFABETIZAÇÃO PARA CELULARES. **Revista de Pós-graduação Multidisciplinar**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 283-290, oct. 2017. ISSN 2594-4797. Disponível em: <<http://fics.edu.br/index.php/rpgm/article/view/591>>. Acesso em: 04/06/2018.

MACIEL, ÁLVARO DOS SANTOS. **A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Ciência Jurídica). Universidade Estadual do Norte do Paraná. 149p. Jacarezinho. Disponível em: <<http://uenp.edu.br/index.php>>. Acessado em: 23/05/2018.

MARCILIO, M.L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. Em: Freitas. M. (Org.). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez.

MOURA, Maria Cecília de, LODI, Ana Claudia B., HARRISON, Kathryn M. P. **História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais**. In: LOPES FILHO, Otacílio de C. Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: roca, 1997. Bibliografia: p. 327-357.

NAKAGAWA, Hugo Eiji Ibanhes. **Culturas surdas: o que se vê, o que se ouve**. 2012. Tese de Doutorado.

PERELLO, Jorge; TORTOSA, Francisco. Sordomudez. Barcelona: Científico-Médica. 1978.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, n. Especial 2, p. 17-31, 2014.

PERLIN, G. T. T. Identidade Surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6ª ed. Porto Alegre, Mediação, 2013.

SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, 2005.

SASSAKI Romeu Kazumi – Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Cadeirando sobre diversidade, [S.L] 2012.

_____. **Inclusão**: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SÊNECA. **Sobre a ira sobre a tranquilidade da alma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERPA, Ana Beatriz Borges. Acessibilidade para pessoas com deficiência e inclusão social no turismo: a experiência da cidade de Socorro–SP. 2016.

SOARES, M. A. L. A Educação do surdo no Brasil. Bragança: Autores Associados; EDUSP, 1999.

SPEAR, H. J.; KULBOK, P. Autonomy and adolescence: a concept analysis. Public Health Nursing, Massachusetts, v. 60, n. 2, p. 144-152, 2004.

STROBEL, K. L. As imagens do Outro sobre a cultura surda - 2ª edição revisada. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2009. v. 1. 134p.

_____. Karin Lilian. A visão histórica da in (ex) clusão dos surdos nas escolas. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 245-254, 2006.

_____. Pós-graduação Lato-sensu em Educação especial: Uma abordagem Educacional e Social. 2004.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC. 2008a.

_____. Surdos: vestígios não registrados na história. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008b.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom.** J. Murray, 1871. In LARAIA, Roque de Barros. **Cultura – um conceito antropológico.** Zahar: Rio de Janeiro. 14ª edição, 2001.

VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. **Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez. vol.1.** Curitiba, PR: Mãos Sinais, 2009.

APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



Entrevista Semiestruturada (Surdo Foto)

Estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília e busco entender se aplicativos para telefones celulares trazem autonomia para os surdos em suas viagens.

Sua colaboração será de muita valia para minhas discussões. Muito obrigada!

1. Qual o objetivo do Surdo Foto?
2. As pessoas dentro do seu grupo, viajam?
() Sim.
 - 2.1. Com que frequência?
 - 2.2. Viajam sozinhos ou acompanhados?
() Não.
 - 2.3 Por que não viajam?
3. Qual o resultado do Projeto na vida dos participantes?
4. Por que usar a fotografia?
5. Você acredita que os *aplicativos (Apps)* poderiam ajudar os surdos a se sentirem autônomos ao viajar? Por quê?
6. Os aplicativos são importantes no dia a dia do surdo? Por quê?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO



Questionário Semiestruturado (Surdo)

Estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília e busco entender se aplicativos para telefones celulares trazem autonomia para os surdos em suas viagens.

Sua colaboração será de muita valia para minhas discussões. Muito obrigada!

1. Você viaja? () Sim. Com que frequência?
() Não. Por que não?
2. Costuma viajar sozinho ou acompanhado?
3. Você acredita que os *apps* poderiam dar mais autonomia para os surdos em suas viagens? Por quê?
4. Já utilizou algum aplicativo enquanto estava viajando? Como se sentiu?
5. Os aplicativos são importantes no dia a dia do surdo? Por que?